

Antonio Vieira.

HISTÓRIA DO FUTURO

Livro II

LIVRO II

Em que se mostra que Império há-de ser este. Suposto como deixamos assentado que há-de haver no Mundo um quinto e novo Império, segue-se que digamos que Império há-de ser: e assim o faremos em todo este II Livro. Que o Quinto Império é o Império de Cristo e dos Cristãos

CAPÍTULO I

É conclusão certa e de fé que este Quinto Império de que falamos, anunciado e prometido pelos Profetas, é o Império de Cristo e dos Cristãos. Prova-se dos mesmos textos e profecias já alegadas, sobre as quais fundaremos tudo o que dissermos nesta história, para maior clareza e firmeza dela, pois não é cerzida de pedaços ou retalhos das Escrituras, senão cortada toda da mesma peça

Primeiramente aquela pedra que derrubou a estátua e desfez as quatro monarquias figuradas nos quatro metais, e depois cresceu e a sua grandeza ocupou e encheu toda a Terra, é Cristo, o qual em outros muitos lugares da Sagrada Escritura se chama Pedra. Ele foi a pedra que no deserto matou a sede aos filhos de Israel e os acompanhou até a terra da Promissão. Ele foi a pedra com que David derrubou ao gigante, em significação de que por meio e virtude de Cristo havemos de vencer o Mundo e o Demónio. Ele foi a pedra que viu Zacarias, e sobre ela sete olhos, *super lapidem unum septem oculi*, que são os sete dons do Espírito Santo, o qual infundiu todo e descansou sobre Cristo. Ele foi a pedra sobre que adormeceu Jacob, quando se lhe abriu o Céu e viu a escada; ele a pedra sobre que sustentou os braços levantados de Moisés, quando venceu os exércitos de Amalec; ele finalmente a pedra angular, a que uniu os dois povos gentílicos e judaico, e a pedra fundamental e provada sobre que se fundaram na Lei antiga a Igreja de Sion e na nova a do mesmo Cristo. Esta pedra pois foi a que, arrancada do monte, derrubou a estátua e desfez os quatro impérios dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos, para fundar e levantar o seu sobre todos eles. Assim o dizem conformemente neste lugar não só todos os Padres e expositores católicos, senão também os hereges e até mesmo Rabinos, os quais acertam em dizer que nesta pedra está profetizado o Reino do Messias, e erram somente em não crerem que o Messias é Cristo.

Diz Daniel que esta pedra caiu de um alto monte, arrancada dele sem mãos. E este monte ou é o Céu e o seio do Eterno Padre, donde desceu Cristo quanto a divindade, como interpreta S. Ambrósio; ou é a nação hebraica, levantada naquele tempo como monte entre todas as outras nações do Mundo, da qual o Verbo se dignou tomar e unir a si a humanidade, como explica S. Agostinho; ou finalmente é a Virgem Maria, Senhora Nossa, sublimada como monte altíssimo sobre todas as criaturas, como a mais perfeita e excelente de todas.

Esta é a sentença comum e mais recebida dos Padres e expositores deste lugar, com a qual concorda admiravelmente a advertência de Daniel, que a pedra foi arrancada ou cortada do monte sem mãos: *Lapis abscissus de monte sine manibus*; porque na geração temporal de Cristo, sendo verdadeiro homem, não tiveram parte mãos de homem, toda foi obra sobrenatural e divina, suprimindo o Espírito Santo e a virtude do Altíssimo o que nela faltou de concurso humano. Assim o notou o mesmo S. Agostinho, S. Hierónimo, S. Ireneu, S. Júlio, S. Epilanio, Teodoreto, Ruperto e muitos outros Padres.

Na segunda visão de Daniel ainda consta mais claramente e por termos mais expressos que este Império é o de Cristo...*et ecce* (diz o Profeta) *cum nubibus cæli quasi filius hominis veniebat, et usque ad Antiquum dierum pervenit: ...et dabit ei potestatem et honorem et regnum, etc.*; De sorte que a pessoa a quem foi dado por Deus o Quinto Império de que Daniel fala neste lugar (como vimos) era o Filho do Homem. E que cousa há mais certa e freqüente no Evangelho que chamar-se Cristo Filho do Homem? *Quem dicunt homines esse filium hominis? Væ autem homini illi per quem filius hominis tradetur! Tunc videbunt filius hominis venientem in nubibus cæli.* Não repito os autores desta explicação, porque são todos, e porque o texto é tão claro que não há mister intérpretes. Só reparou Maldonado que não se chama Cristo neste lugar Filho do Homem absolutamente, sendo *quasi filius hominis*, para denotar o Profeta que entre este homem e os outros homens havia diferença: os outros são puros homens, Cristo é homem e Deus juntamente; assim que aquele quasi significa a falta de substância humana, posto que tão superiormente suprida com a divina. E porque Deus não havia de ter subsistência humana como os outros homens, posto que tivesse a mesma natureza como eles, não lhe chama por isso o Profeta homem, senão *quase homem-quasi filius hominis*. Quem havia de duvidar que em um quasi cabia uma distancia infinita?

A terceira visão de Zacarias confirma ainda com maior propriedade ser Cristo o Senhor deste Império. Já dissemos que a coroa ou coroas que foram postas sobre a cabeça de Jesus, filho de Josedec significavam o mesmo Império Quinto profetizado por Daniel: e que seja Cristo o soberaníssimo Monarca que Zacarias viu coroar naquela figura, não só o confessa a Igreja Universal na aplicação deste lugar, e a opinião comum de todos os Padres e Doutores, senão ainda muitos hebreus, que sem ódio escreveram antes de Cristo. *Communis est Patrum sententia et multorum ex Hebræis quibus accedit Chaldeus sermonem hic esse de Messsiah*, diz o doutíssimo Sanchez. De maneira que na primeira visão foi Cristo, significado com o nome comum e metafórico de pedra, na segunda com o nome particular de Filho do Homem, na terceira com o nome propriíssimo de Jesus, *Jesus filii Josedei*: e em todas estas três visões em que Deus revelou aos seus Profetas a grandeza e majestade futura do Quinto Império, e os quatro a que ele devia de suceder, lhes mostrou, e revelou também que o Senhor e o Monarca deste Império havia de ser Cristo.

Com muitos outros textos da Escritura pudéramos confirmar esta mesma conclusão, mas porque tudo o que havemos de dizer nesta história será uma continuada prova e confirmação dela, bastem os textos alegados, que são, como dizia, os fundamentais de toda ela.

Mas porque no princípio deste capítulo dissemos que o Quinto Império era o Império de Cristo e dos, Cristãos, tornemos à segunda visão de Daniel, onde Deus para consolação dos fiéis quis que nos ficasse expressa e revelada esta tão gloriosa verdade.

Depois de referir Daniel como Deus Padre, a quem ele chama o Antigo dos dias dera ao Filho do Homem aquele novo reino ou império, perguntou o mesmo Profeta a um dos anjos que assistiam ao trono a significação das cousas que via, e ele lhe disse por três vezes que o reino e império que vira dar ao Filho do Homem era o reino e império que os santos do Altíssimo haviam de ter neste Mundo. No verso 18 daquele capítulo (que é o VII) diz assim: *Suscitent autem regnum Sancti Dei altissimi: et oblinebunt regnum usque in sæculum et sacculum sæculorum. E no verso: Donec vénit Antiquus dierum, et dierum, et judicium dedit sanctis Excelsi, et tempus advenit, et regnum obtinuerunt sancti. E no 27: Regnum autem, et potestas, et magnitudo regni quæ est subter omne cælum, detur*

populo sanctorum Altissimi; cujus regnum, regnum sempiternum est, et omnes reges servient ei et obedient. Muitas cousas e muito grandes disse nestas palavras o Anjo, as quais ficam reservadas para se explicarem em seus lugares por agora só nos serve (o que diz e repete tantas vezes o Anjo) que aquele mesmo Reino que o eterno Padre deu ou há-de dar a seu filho Cristo é o Reino e o Império dos Santos, isto é, dos Cristãos. Assim o diz expressamente sobre estas palavras de Daniel o seu grande comentador Perério, chamando a este Quinto Império *Regnum Christi e Christianoram, Reino de Cristo e dos Cristãos. Deinceps (diz ele) pagnandum nobis est cum Judæis qui Christianis infensi infestique et iniquo animo ferentes, quæ de illo quinto Regno tam præclara et gloriosa prædix Daniel, ea ad Regnum Christi et Christianorm accommodari, etc.*

E que pelo nome de Santos, de que usa Daniel, se entendam e devam entender os Cristãos não é só explicação de intérpretes da Escritura, senão frase muito corrente e ordinária em toda ela. S. Paulo, escrevendo aos cristãos da cidade de Filipe, em Macedônia, no título ou sobrescrito da carta diz assim: *Omnibus Sanctis in Christo qui sunt Philippis* «a todos os Santos em Cristo que estão em Philippis». E escreveu aos cristãos de Roma: *Omnibus qui sunt Romæ dilectis Dei, vocatis Sanctis*. E na mesma epístola, exortando aos mesmos Romanos a que socorressem com suas esmolas aos cristãos necessitados: *Necessitatibus Sanctorum communicantes*. E saudando aos Filipenses no fim da epístola citada, em nome de alguns cristãos que estavam em serviço do Imperador que então era Nero: *Salutant vos omnes Sancti maxime autem qui de Cæsaris domo sunt*: «saúdam-vos, diz, todos os Santos, e principalmente os que estão em casa de César». Finalmente este era o ordinário modo de falar da primitiva Igreja, e assim lemos no capítulo IX dos Atos dos Apóstolos que usou da mesma frase Ananias, representando Cristo os grandes males que Saulo tinha feito contra os Cristãos: *Quanta mala Sanctis tuis fecerit*. E a este uso se chamaram as igrejas dos Cristãos igrejas dos Santos, conforme o texto da Epístola ad Coríntios: *In ecclesiis Sanctorm doceo*.

A razão deste nome é tomada da santidade da Lei de Cristo que professam os Cristãos, os quais, assim como de Cristo se chamavam cristãos, assim da Lei santa de Cristo se chamaram santos. E este é o sentido em que Daniel e o Anjo falaram naquela visão chamando a Cristo Filho do Homem, com a mesma frase com que depois se nomeou a Cristo, e chamando ao Reino dos Cristãos Reino dos Santos, com a mesma frase com que depois se nomearam os Cristãos, bem assim como já antes de Daniel o tinha profetizado com o mesmo espírito Isaías: *Et vocabunt eos populus sanctus, redempti a Domino*. E aquele povo remido por Deus será chamado publicamente Povo santo, que é em próprios termos o que depois se viu na Igreja e o que diz aqui o Anjo: *Regnum autem et potestas detur populo sanctorum*. E ambos estes nomes e as etimologias deles compreendeu S. Paulo no princípio da Epístola aos Romanos, em que lhe chama *Vocati Jesu Christi et vocatis Sanctis*, chamados de Jesus Cristo e chamados santos.

CAPÍTULO II

Pergunta-se se este Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser neste Mundo ou no outro.

Deu motivo a esta questão, entre os Padres gregos, o Teodoreto, e entre os latinos, Tertuliano, os quais concordavam com a verdade da nossa História em dizerem com os demais que o Quinto Império é o de Cristo e dos Cristãos, mas que tem para si que há-de ser este Império no Céu e não na Terra. Fundam a sua opinião nas mesmas visões de Daniel, desta maneira: Antes que a pedra cortada do monte (que é Deus e o seu

Império) crescesse a toda aquela sua grandeza (diz Teodoreto), já todos os outros reinos e impérios do Mundo estavam derrubados e caídos, já o vento os tinha levado pelos ares, desfeito em pó e em cinza, e já tinham desaparecido totalmente do Mundo, sem haver mais que a memória deles, nem se poder achar ou conhecer o lugar onde tivessem estado, como consta do texto: *Tunc contrita sunt pariter ferrum, testa, aes, argentum et aurum, et redacta quasi in favillam æstiva, areæ quæ rapta sunt vento; nullusque locus inventus est eis; lapis autem qui percusserat statuam factus est mons magnus.* Sendo logo certo como é que os reinos, cidades, repúblicas e impérios do Mundo se não hão-de desfazer em cinza, nem se hão-de acabar, senão quando se desfizer e acabar o mesmo Mundo na última ruína dele, segue-se que o Império de Cristo e dos Cristãos, de que fala Daniel, e aquela sua grandeza prodigiosa e que há-de crescer, não há-de ser neste Mundo, senão no outro.

Tertuliano, fundado na mesma visão, e muito mais na segunda, argumenta assim Este Reino ou Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser Reino perpétuo, incorruptível e eterno, como dizem expressamente as palavras de ambos os textos: *Regnum quod in eternum non dissipabitur; Regnum quod non corrumpetur; Regnum usque in sæculum et sæculum sceculorum; Regnu sempiternum.* Os reinos deste Mundo todos de sua própria natureza são corruptíveis, e todos, por mais que durem e permaneçam, hão-de ter um com o mesmo Mundo, o qual é de fé que se há-de acabar. Logo, se o Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser perpétuo, incorruptível e eterno, clara e manifestamente se segue que não há-de ser império da Terra, senão do Céu.

Contudo a sentença comum dos Santos, e recebida e seguida como certa de todos os expositores, é que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos profetizado por Daniel (qualquer que haja de ser) é Império da Terra e na Terra. E posto que os autores desta sentença mais supõem que aprovam, nós aprovaremos e demonstraremos com os textos das mesmas visões.

Daquela pedra que representava a Cristo e seu Império, diz Daniel, na primeira visão, que cresceu e se fez um monte tão grande que ocupou e encheu toda a terra. *Lapis autem qui percusserat statuam factus est mons magnus et implevit universam terram.* Infiro agora assim: Esta pedra e este Império de Cristo, que derribou os outros impérios, cresceu? Logo, não é império do Céu nem depois de acabado o Mundo; porque o Reino e Império de Cristo, depois de acabado o Mundo, de nenhum modo há-de crescer nem pode crescer. Não há-de crescer nem pode crescer no número dos homens, porque, depois de acabado o Mundo e depois do Dia de Juízo, não há-de haver mais homens que vão ao Céu; não há-de crescer nem pode crescer na glória dos bem-aventurados, porque, desde aquele ponto, cada um há-de receber por inteiro toda a glória devida a seus merecimentos; e como se acabou o tempo de mais merecer, assim se acabou o tempo de mais alcançar. Logo, se o Reino de Cristo e dos Cristãos há-de crescer depois daquele tempo, e crescer a uma grandeza tão imensa, segue-se que esse crescimento há-de ser neste Mundo e não no outro. Mas para que são conseqüências, se as mesmas palavras do texto o dizem claramente? *Factus est mons magnus et implevit universam terram.* Se a pedra, crescendo, se fez um grande monte, o qual grande monte encheu e ocupou toda a Terra, e este é o Império profetizado de Cristo, bem claro se mostra que é Império da Terra e não do Céu e que na Terra e não no Céu há-de ter toda esta sua grandeza.

Não negamos, porém, nem podemos negar que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de durar também com o mesmo Cristo e os mesmos Cristãos depois de

bem-aventurados por toda a eternidade no Céu; mas nem por isso há-de deixar de ter na Terra a grandeza que nestes textos lhe é profetizada e prometida, antes a razão de haver de ter tanta grandeza no Céu, é porque a terá primeiro na Terra, no Céu consumada e perfeitíssima, como se deve ao estado do Céu. Desta maneira se concilia e concorda facilmente a opinião de Tertuliano e Teodoreto com a verdade da nossa; este é o mais ordinário sentir de todos os expositores de Daniel, os quais dizem que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser incoado na Terra e consumado no Céu, mas com tanta discrepância de tempos, como veremos em seu lugar, que agora só trataremos qual seja em comum o deste Império.

Os termos da segunda visão de Daniel ainda são (se podem ser) mais evidentes. *Regnum autem et potestas et magnitudo regni, quæ est subter omne cælum, detur populo sanctorum Altissimi.* «O Reino ou Império que se há-de dar ao povo dos Santos do Altíssimo, que são os Cristãos, é o poder e grandeza de todos os reinos que há debaixo do Céu.»

Podia-se dizer cousa mais clara? Parece que estava antevendo Daniel que havia de haver quem interpretasse esta sua visão em diferente sentido do que ele a escrevia, dizendo que este Reino havia de ser no Céu e não na Terra, pois posto se entenda e saiba que não é assim, adverte e nota sinaladamente o Profeta que não é Reino do Céu, senão de debaixo do Céu: *magnitudo regni, que est subter omne cælum, detur populo sanctorum Altissimi.*

Nas palavras que se seguem a estas declara mais em particular Daniel (ou o Anjo por ele) quem hão-de ser os súbditos deste Império, e diz em nova confirmação do que dizemos, que serão todos os reis do Mundo, os quais o hão-de servir e lhe hão-de obedecer: *et omnes reges servient ei et obedient.*

Se os reis hão-de servir e obedecer a este Império, bem se colhe que há-de ser Império da Terra e não do Céu, porque no Céu não se serve, nem se obedece, nem se merece, e só se goza o prêmio do que se obedeceu, do que se serviu e do que se mereceu na Terra. Da Terra é logo este Império, e na Terra é que há-de ser servido e obedecido e reconhecida de todos os reis dela, como bem advertiu Cornélio, comentando as *palavras subter omne cælum*, pouco atrás citadas: *Non quæ est super, sed quæ est subter omne cælum, id est in omni terra, sive in omni plaga cælo subjecta.*

Responder aos seus argumentos é igualmente fácil. Ao de Teodoreto dizemos que o texto de Daniel só fala das quatro monarquias representadas nos quatro metais da estátua, as quais nem cada uma por si nem todas juntas compreenderão nunca toda a grandeza da Terra; e quando se diz que ficaram desfeitas em pó e desapareceram, e foram voadas do vento, e não se achou mais o lugar onde estivessem, não quer dizer que as terras, cidade e gentes das ditas monarquias se haviam de acabar e extinguir totalmente (como há-de acontecer a todo o Mundo no Dia de Juízo) senão que havia de se acabar seu mando, seu poder, seu império, sua soberania, como verdadeiramente se acabou a dos Assírios pela sucessão dos Persas, e a dos Persas pela sucessão dos Gregos, e a dos Gregos pela sucessão dos Romanos e se acabará também a dos Romanos pela sucessão do Quinto Império. E isto quer dizer em frase da Escritura - *non inventus est locus ejus-que* «se não achou mais o seu lugar», porque sucederam outros nele, como se vê no exemplo de Judas, de quem fala a Escritura pelos mesmos termos, e consta que sucedeu em seu lugar S. Matias.

Ao argumento de Tertuliano que se fundava na eternidade do Quinto Império, já temos dito que a continuação dele no Céu há-de ser verdadeiramente eterna em toda a propriedade e largueza da significação desta palavra. Mas se entendermos o texto de Daniel da duração somente que o Império de Cristo e dos Cristãos há de ser neste Mundo, pela palavra eternidade não se entende rigorosamente duração sem fim, senão continuação e permanência de muito tempo, que depois veremos quanto há-de ser. Entretanto basta saber-se que a palavra eterno tem este mesmo sentido e limitação em muitos lugares da Escritura, como notou S. Agostinho na Questão 31.a sobre o Gênesis, e mostraremos mais largamente quando escrevermos a duração do Quinto Império.

Mas para que tiremos todo o escrúpulo aos outros razão será não passe sem satisfação uma grande dúvida que, por ser fundada nas mesmas palavras do texto de Daniel, não só pode embaraçar a verdade da nossa sentença, mas confirmar na contrária os autores e seguidores dela. *Aspiciebam (diz Daniel na segunda visão) donec throni positi sunt, et Antiquus dierum sedit vestimentum ejus candidum quasi nix, et capilli captis ejus quasi lana munda; thronus ejus flammæ ignis rotæ ejus ignis accensus, Fluvius igneus, rapidusque egrediebatur a facie ejus. Millia millium ministrabant ei, et decies millies centena millia assistebant ei; judicium sedit et libri aperti sunt, etc.* E estas palavras por todas as circunstâncias do trono, do fogo, da assistência dos anjos, dos livros que se abriram e do mesmo nome de juízo, não só parece que significam, senão que estão demonstrando o vigor e majestade do juízo final, e assim o entendem mais ordinariamente os expositores desta visão. Logo, se o Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser depois do juízo final, claramente se convence que ano é nem há-de ser Império desde Mundo, senão do outro.

Respondo que é certo falar neste lugar o Profeta de juízo, e juízo de Deus, e juízo rigoroso e de grande majestade, mas digo com a mesma certeza que este juízo não é o juízo final, em que Cristo há-de vir julgar os vivos e os mortos no fim do Mundo, senão um juízo particular, em que o Padre Eterno há-de tirar o Reino e Império universal do Mundo ao tirano ou tiranos que então o possuírem, e para meter de posse e o entregar a Cristo, seu filho, como legitimo senhor e herdeiro dele, e aos professores de sua fé e obediência, que são os Cristãos.

CAPÍTULO III

Se este Império de Cristo no Mundo é espiritual ou temporal

Assentado, como acabamos de resolver, que este Império de Cristo e dos Cristãos, de que falam as profecias alegadas, é principalmente o da Terra e não o do Céu, ainda nesta suposição nos resta averiguar um ponto de grande importância e de cuja decisão depende o maior fundamento de todo este nosso discurso. Porque este Império de Cristo, que dizemos há de ser na Terra, ou pode ser espiritual ou temporal. espiritual como o que hoje tem o Sumo Pontífice, cujo poder e jurisdição se ordena a governar os fiéis membros e súbditos da Igreja, a conseguir a bem-aventurança, que é o último fim do homem; temporal, como o que têm os príncipes católicos sobre os seus reinos e províncias, que se dirige a governar os vassallos por meio de leis prudentes e justas, que é o fim particular de todas as comunidades humanas, dos Cristãos católicos, em quanto este fim particular e mediato se ordena ao último fim.

Isto posto, perguntamos agora se este Império de Cristo há-de ser espiritual ou temporal; e começando pela conclusão em que não há resistência nem dificuldade,

diremos primeiramente que este Império de Cristo (o qual não há-de ser diferente do que hoje é, senão ,quanto ao modo como em seu lugar veremos) é império espiritual. Assim os ensinam e ensinaram sempre conformemente todos os Padres e Doutores da Igreja, todos os teólogos antigos e modernos, e todos os expositores de ambos os Testamentos, e se demonstra com o mesmo mistério da Encarnação e fim com que Cristo veio ao Mundo, e com a doutrina e ações de sua vida e morte.

Porque, se perguntarmos aos Evangelistas (deixando o testemunho das outras Escrituras) que fez Cristo e que ensinou com a palavra e com o exemplo, desde o dia em que nasceu até à hora em que expirou na cruz, dir-nos-ão que veio ensinar aos homens a ciência da saúde e salvação; que veio ser luz do Mundo e alumiar os que vêm a ele; que veio lançar fogo na terra, para que se acendesse nela a claridade que tão apagada estava; que veio encher e informar a lei e animar a letra com o espírito; que veio vencer o demônio e lançá-lo do Mundo, onde reinava e se intitulava príncipe; que veio apartar os pais dos filhos e os filhos dos pais, para que a graça prevalecesse contra a natureza e o amor de Deus pudesse mais que o do sangue; que ensinou o desprezo das riquezas, os interesses da esmola, o perdão das injúrias, a verdadeira amizade com os inimigos, a virtude da humildade e a da castidade, uma não usada, outra não conhecida no Mundo, que pregou o Reino do Céu, a eternidade do Inferno, o rigor do juízo, o preço e imortalidade da alma; finalmente que abriu sete fontes de graça e ou que instituiu sete sacramentos perpétuos e ficou Ele conosco perpetuamente em sacramento; que nos lavou com o seu sangue, que morreu por nós, e que nos deixou o seu amor e o nosso contentamento.

Sendo pois estas as ações daquele Senhor a quem antes de vir ao Mundo todos os profetas chamaram Pai, e em seu nascimento foi aclamado Rei e em sua morte intitulado Rei; e sendo todas elas ordenadas só à salvação e perfeição dos homens e dirigidas e encaminhadas ao Céu, cujo reino lhes pregou e prometeu sempre, e estando até aquele tempo fechado, lho abriu e mereceu com seu sangue; que maior sentimento se pode desejar, nem que maior demonstração ou evidência de ser o Reino e Império deste santíssimo e soberaníssimo Rei, Reino e Império espiritual?

Foi Reino e Império espiritual no fim e causas de sua instituição, espiritual nas leis, espiritual no governo, espiritual no uso, nas execuções e no exercício; e suposto que dizemos há-de ser sempre o mesmo (nem é decente nem seria crível outra cousa), em qualquer tempo futuro será e há-de ser também espiritual.

Não alegamos aos autores desta doutrina, assim por serem todos, como dissemos, como porque alegaremos muitos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

Examina-se se o Reino e Império de Cristo é também temporal.

Refere-se a opinião negativa

O império e domínio temporal é certo que de sua natureza não exclui nem implica com o temporal, de modo que um outro domínio bem pode sem repugnância alguma convir e ajustar-se no mesmo sujeito. Assim vemos que o Sumo Pontífice, tendo o domínio espiritual de toda a Igreja, é também senhor e príncipe temporal do estado que chamam eclesiástico; em Alemanha, três dos eleitores do Império são

príncipes eclesiásticos e senhores temporais de seus estados; e no nosso reino, o Arcebispo primaz é juntamente Bispo e Senhor de Braga.

Suposto pois que o Reino e Império de Cristo seja espiritual, como acabamos de resolver, resta examinar agora se é também império temporal. Muitos e graves teólogos seguem de tal maneira a parte negativa que exclui totalmente do Império de Cristo toda a jurisdição, poder e domínio temporal, e somente lhe concedem ou admitem nele o puramente espiritual; bem assim como aquele que os príncipes eclesiásticos têm sobre suas igrejas ou ovelhas (posto que por modo mais sublime e excelente) mas de nenhum como aquele que os senhores e príncipes seculares têm sobre seus estados e vassallos.

Fundam primeiramente esta sua sentença em muitos lugares da Escritura e particularmente em todos aqueles com que no capítulo passado mostramos o seu nome e título de Rei, que os Profetas davam a Cristo; e notam bem advertida e doutamente estes autores que todas as vezes que os textos da Escritura Sagrada falam no Reino, Império, domínio, poder ou principado de Cristo, sempre acrescentam alguma explicação ou limitação com que o nome geral de Rei e Senhor se distinga ou aliene da significação de poder temporal, e se limite, estreite e determine ao espiritual somente.

No Salmo II chama David a Cristo Rei constituído por Deus - *Ego autem constitutus sum rex ab eo*; mas logo limita a significação do ofício ou dignidade, dizendo que para pregar seus preceitos-*praedicans praeceptum ejus*. No Salmo XLIV descreve o mesmo Profeta as prosperidades e progressos do Reino de Cristo: *...intende, prospere procede et regna; mas logo declara o gênero de armas, todas espirituais, com que há-de conquistar o Mundo: Propter veritatem et mansuetudinem et justitiam, et deducet te mirabiliter dextera tua*. Isaías, no capítulo IX, anuncia o mesmo Reino de Cristo e sua perpetuidade: *...super solium David et super regnum ejus sedebit in eternum; mas logo aponta os fundamentos espirituais também, de que lhe há-de vir a firmeza: ut confirmet illud et corroboret in judicio et justitia*. Jeremias, no capítulo XXIII, celebra o Reino e sabedoria de Cristo Rei: *...regnabit rex et sapiens erit; mas logo determina os efeitos dessa sabedoria que não-de ser encaminhados todos à salvação: In diebus illis salvabitur Juda*. Zacarias no capítulo IX descreve o triunfo de Cristo aclamado por rei na entrada de Jerusalém: *Ecce Rex tuus veniet tibi; mas logo lhe chama rei e salvador justo, pobre e humilde: Justus et salvator, ipse pauper et ascendens super asinam*. Finalmente, o mesmo Cristo »— confessando a Pilatos que era rei »— *Tu dicis quia rex sum ego* - acrescentou logo que o seu Reino era para dar testemunho da verdade ao Mundo: *Ego in hoc veni in mundum ut testimonium perhibeam veritati*. E depois de ressuscitado, declarando aos Apóstolos com a maior majestade de palavras que podia ser a grandeza de seu império, domínio e potestade-*Data est mihi omnis potestas in Caelo in Terra*-a consequência que tirou deste poder tão universal foi: *Euntes in mundum univrsam praedicantes Evangelium omni creaturae; qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit: fé, batismo e salvação dos homens*. Segue-se logo que o Reino e Império de Cristo é espiritual somente, e de nenhum modo temporal. Sobretudo está por esta parte aquele claríssimo oráculo de Cristo: *Regnum meum non est hoc mundo* - o meu Reino não é deste Mundo, das quais palavras podemos dizer: *Quid adhuc egemus testibus?*

A eficácia destes textos se acrescenta a de muitas razões e argumentos, entre os quais porventura não é o que tem granjeado menos votos a esta opinião errada aquela palavra temporal, a qual, construída com o Império de Cristo e pronunciada aos ouvidos mais religiosos e espirituais, parece que traz consigo alguma dureza e dissonância, por não dizer indecência.

De que servia a Cristo (dizem) o nome ou jurisdição de Rei temporal do Mundo, se ele vinha como vimos a confundir com seu exemplo o mesmo Mundo, os mesmos reis e as mesmas temporalidades? Se a perfeição cristã que Cristo veio ensinar aos homens consistia em deixar tudo e seguir em pobreza e humildade a Cristo pobre e humilde, como dizia com esta renúncia de todos os bens, honras e haveres do Mundo, o domínio, o império, a majestade de todo ele? E se esta majestade, este império e este domínio não havia de ter (como nunca teve com Cristo) uso ou exercício público, e havia de estar sempre oculto e encoberto aos homens, não seria maior autoridade, maior exemplo e ainda maior circunstância de perfeição saber-se que o renunciara Cristo, podendo tê-lo, que dizer-se que o tivera e conservara, e ainda que o pedira, como alguns dizem? Com que liberdade ou com que confiança havia de aconselhar ou mandar Cristo a certo mancebo que, se queria ser perfeito, deixasse o domínio das suas herdades, se no mesmo tempo o mestre desta perfeição retivesse o domínio de toda a Terra? Para que se há-de admitir logo o nome deste Império temporal em Cristo; se nem para o decoro da pessoa, nem para o fim do ofício, nem para o exemplo da doutrina era necessário, e para o exercício e uso que nunca teve realmente inútil e ocioso?

Estas razões ou admirações, que não são muitas vezes as que menos persuadem, se fecham e apertam eficazmente com um discurso fundido em todos os princípios gerais de direito, com que parece aos autores desta sentença que não só estabelecem de todo a certeza dela, mas que convencem e desfazem a probabilidade de qualquer outra. Argumentam ou decorrem assim:

Se Cristo foi Rei temporal, ou foi Rei por direito natural, ou por direito divino, ou por direito humano. Por direito natural não, porque Cristo não era filho nem herdeiro de rei; e dado que fosse legítimo sucessor do Reino de Israel, como dizem menos provavelmente alguns autores, a herança de um reino particular não lhe dava direito para o império de todo o Mundo. Por direito divino também não, porque, se houvera tal direito, constara pelas Escrituras, e posto que muitos textos da Escritura falem de Cristo como Rei e lhe dêem o nome e título de Rei, todos, como vimos, se entendem do Reino espiritual ou celeste, e quando menos se podem interpretar assim, sem nos obrigarem a que os entendamos do Reino ou Império temporal. Finalmente, por direito humano não, porque a jurisdição de fazer ou eleger rei está na comunidade dos homens; e para Cristo ser respectivamente Rei universal de todo o Mundo por esta via, era necessário que todos os homens e comunidades do Mundo se unissem em um consentimento, com que o elegessem por Rei e Senhor de todas, o que nunca houve, antes sabemos que os príncipes e povo de Judéia, que era a terra onde Cristo vivia, se conjuraram contra ele e lhe tiraram a vida, só porque não tomasse o nome de Rei; e que o mesmo Senhor, na ocasião em que alguns deles lho quiseram dar, fugiu deles e do mesmo título, e se escondeu em um monte para escapar daquela violência. Logo se não foi Rei temporal, nem por sucessão natural, nem por eleição humana, nem por doação ou nomeação divina, bem se conclui que o Reino e Império de Cristo, tão celebrado nas Escrituras, de nenhum modo foi nem pode ser temporal, se não espiritual e somente qual acima dissemos.

Os Padres que isto disseram e seguiram querem alguns que sejam todos. Ao menos confessa Vasques que da doutrina dos Padres não se pode convencer o contrário. O primeiro que se alega é Santo Agostinho em muitos lugares, entre os quais o mais claro (ou o que parece) é este: *Populi personam figurate gerebat homo ille, scilicet*

Saul; qui populus regnum fuerat amissurus Christo Domino nostro per Novum Testamentum, non carnaliter sed spiritualiter regnatura. Nenhum dos outros Padres fala em termos de tanta expressão, mas alegam-se e podem-se alegar no mesmo sentido S. Ambrósio, S. Atanásio, S. João Crisóstomo, Tertuliano, Teófilo e outros, e diz o doutíssimo Maldonado que esta é a sentença comum dos melhores teólogos que assim o disseram. O douto leitor julgará se são os melhores. E são estes: Hermas, Letmatio, Driedo, Castro, Bertolameu de Medina, Jansénio, Vitória, Adrião Fino, João Parisiense, Francisco de Cristo, Melchior Flávio; e posto que também se citem por esta parte Soto, Abulense e Waldense, falam, por termos tão indiferentes, que Vasques os alega (e diz que assim se devem alegar) pela parte contrária.

Advirta-se, porém, para crédito de Maldonado e nosso, que os teólogos que hoje têm maior fama nas escolas, quando ele escreveu, ainda não tinham escrito.

CAPÍTULO V

Propõe-se e defende-se a opinião afirmativa

Se escrevermos menos há de cem anos, porventura que não puséramos aqui tão confiadamente este capítulo. Mas, como disse S. Gregório, e antes dele Sábio, quanto a Igreja mais cresce, mais se alumia, e o que nos tempos passados é duvidoso, nos futuros se sabe, a opinião do Reino temporal de Cristo e da Conceição imaculada de sua Mãe se acompanharam no mesmo tempo na mesma fortuna, e ambas ao fim, se não têm ainda triunfado, já têm vencido Mitigou-se com os dias e com a consideração o horror daquele nome temporal; acabou-se de conhecer que com ele se não davam armas, antes se tiravam aos inimigos (porque também na Teologia se deve entender: *Omnia dat qui justa negat*); sucederam àqueles teólogos de grande espírito outros de grandes espíritos, e resolveu-se que não eram menos espirituais os que admitiam no Império de Cristo o nome de temporal.

Nem sempre é maior espiritualidade o que mais opõem ao corpo. Os Origenistas chamavam por escárnio pelusiotas aos que seguem a fé de que todos havemos de ressuscitar em nossos corpos, parecendo-lhes cousa indigna, e muito contra o decoro da bem-aventurança, que houvessem de aparecer diante de Deus as nossas almas com vestidos tão indecentes como são os corpos; e diz S. Jerônimo, com outras galantarias, que não eram os que pior tratavam seus corpos os que isto diziam. Não fazem menos santo a Cristo, nem querem fazer menos espiritual o Mundo, os que reconhecem em Cristo o domínio temporal dele. Porventura ofende a Deus, em quanto Deus, o ser senhor e criador de todas as cousas corporais, e o ter em sua própria essência eminentemente as idéias de todas elas? Antes deixava de ser Deus, se assim não fora. Pois o domínio soberano, que é perfeição em Deus Deus (digamo-lo assim), porque há-de ser menos decência em Deus Homem?

Quando chamamos Império temporal ao de Cristo, não queremos dizer que é o seu Império sujeito às mudanças e inconstâncias do tempo, nem que receba a grandeza e majestade da pompa e aparato vão das cousas exteriores do Mundo, a que o mesmo Mundo quando fala com mais siso chama com razão temporalidades; e isto é só o que negam as Escrituras, isto o que não admitem os Padres, e isto o que explicou o mesmo Cristo, quando disse: *Regnum meum non est de hoc mundo.*

O Império que dão ou reconhecem em Cristo os que admitem e veneram nele o nome de temporal, é um domínio soberano e supremo sobre todos os homens, sobre

todos os reis, sobre todas as cousas criadas, com poder de dispor delas a seu arbítrio, dando e tirando reinos, fazendo e desfazendo leis castigando e premiando, com jurisdição tão própria e direta sobre todo o Mundo como a que os reis particulares têm sobre seus vassallos e reinos, antes com muito maior, mais perfeito e mais excelente domínio, não dependente como eles das criaturas, mas absoluto soberano, sublime e independente de todos.

Os teólogos que isto assentam por conclusão é S. Tomás, Soares, Vasques, e bastava ter escrito estes três grandes nomes, para dar por provada e acreditada com o Mundo uma verdade tão necessária e importante como depois veremos. Seguem a estes três lumes outros muitos que o puderam ser da Telogia, se eles não foram diante. O Cardeal Toledo, o Cardeal Lugo, Molina, Valença, Salazar, Hurtado Arriaga, Arnico, Peres, Verga, Caspense, Carçosa, Lacerda, Justiniano, Cornelio, Ludòvico Tena, e os dois Mendonças insignes de Portugal e Castela, dos quais este último já no ano de 1586, na Universidade de Salamanca, onde era catedrático de Scoto, excitou e defendeu galhardamente esta questão nos termos seguintes, que por serem tão particulares os quero referir aqui:

Verum Jesus Christus Deus ac Salvator noster fuerit vere ac proprie Dominus et Rex totius Orbis, atque omnium rerum creatarum, secundum quod homo est, non tantum spiritualis rex ac dominus, sed et verus ac absolutus et proprius, atque adeo temporalis: tam vere et proprie quam Philippus 2dus temporis rex est Hispaniarum, et unusquisque hominum dominus est suarum rerum, eo quod illis in omnem usum potest citra alicujus injuriam uti.

Este é o sentido em que falam com pouca diferença de palavras todos os teólogos referidos, como se pode ver nos lugares citados à margem, antes dos quais tinham seguido e ensinado a mesma doutrina Santo Antonino, Durando, Almaino e os três já nomeados Abulense, Scoto, Waldense, a que podemos ajuntar muitos juristas de grande nome, como o Cardeal Turrecremata, o Cardeal Hostiense, Navarro, Bacónio e outros.

E para que demonstremos a verdade desta nossa crença, e do império temporal de Cristo, pelos mesmos princípios e fundamentos da opinião contrária, e os vamos juntamente impugnando e desfazendo, seja o primeiro o testemunho das mesmas Escrituras alegadas, em que Cristo tão repetida e expressamente é chamado Rei por boca de todos os Profetas antigos. A que podemos acrescentar o do maior Profeta da Lei da Graça, S. João Evangelista, em dois lugares do Apocalipse, em que chama a Cristo Príncipe dos reis da Terra e Rei dos reis e Senhor dos senhores, no capítulo I, *Princeps regnum terrae*, e no capítulo XIX, *Rex regnum et Dominus dominantium*. Os quais textos e todos os mais se não podem entender própria e naturalmente senão do Reino temporal de Cristo, porque o contrário devia fazer manifesta violência à significação da palavra Rei, a qual em toda a Escritura Sagrada significa Rei temporal; e se é regra certa, como ensina S. Agostinho, que as palavras da Sagrada Escritura se não hão-de interpretar em sentido metafórico e figurativo, senão quando, se se entenderem na sua significação própria e natural, se seguisse algum grande inconveniente ou absurdo contra a doutrina da mesma Escritura recebida pela Igreja, os mesmos nomes de Rei e Reino, tantas vezes celebrados e cantados pelos Profetas, falando do Império de Cristo, nos obrigam a conceder e confessar que em toda sua propriedade significam Rei e Reino temporal, pois se não segue de assim o entendermos inconveniente algum ou dissidência contra aquela grandeza e majestade de Cristo, antes muita honra, glória e

autoridade, sua e da Igreja, como neste capítulo se irá vendo, quando respondermos a estas leves objeções da parte contrária.

A esta confirmação geral da significação da palavra Rei acrescenta o Padre Soares outra, que é própria da pessoa de Cristo, e que eficazmente convence o sentido em que se deve tomar a mesma palavra. Porque o Reino espiritual de Cristo se distingue do Sacerdócio do mesmo Cristo, e consta das Sagradas Escrituras, como prova S. Agostinho no Tratado XXII sobre S. João, e nós mostraremos largamente no capítulo seguinte, que o Reino e o Sacerdócio em Cristo são dignidades e jurdições distintas. Logo, se o nome de Supremo Sacerdote significa o Reino e Império espiritual, segue-se que o de Supremo Rei significa o temporal.

Finalmente, o mesmo Cristo, antes de subir ao Céu, deixou dito e publicado ao Mundo que seu Eterno Pai lhe tinha dado todo o poder no Céu e na Terra: *Data est mihi omnis potestas in Cælo et in Terra*. E quem diz todo, seguindo as regras do direito, nenhuma cousa exclui. Teve logo Cristo o império espiritual, que é o que mais propriamente se chama império no Céu, e teve juntamente o império temporal, que é o que com toda a propriedade se chama império na Terra, porque de outra maneira se não de dizer nem entender, sem manifesta implicação, que tivesse ou tenha Cristo todo o poder, pois lhe faltaria nesse caso o poder temporal, que é uma tão grande parte desse todo.

Estes são os textos mais eficazes e expressos com que os teólogos costumam provar a verdade do Império temporal de Cristo. E posto que baste cada um deles, tomado na propriedade e natureza de sua significação, para ,persuadir facilmente a qualquer entendimento fácil e dócil, nós, para maior demonstração da mesma verdade, sem sair das mesmas profecias e textos fundamentais desta história, não só esperamos de a confirmar eficazmente na mesma certeza, mas de lhe acrescentar com a nova luz deles nova evidência.

E, começando pela profecia de Zacarias, já vimos que a coroação de Jesus, filho de Josedec significa a dignidade suprema do Império de Cristo. Agora pergunto porque foi coroado não com uma senão com duas coroas, e porque uma delas foi de prata e outra de ouro?

A razão, não mística senão literal, dizem comumente os expositores que foi porque Cristo não teve uma só coroa, senão duas: uma como Supremo Sacerdote, que pertencia ao Império espiritual; e outra como Supremo Rei, que pertencia ao temporal. E por isso não eram ambas de ouro, ou ambas de prata, senão uma de prata e outra de ouro, para significar a diferença e preço daqueles dois impérios ou jurdições; e que o império espiritual significado no ouro era mais alto, mais precioso e mais sublime que o império temporal.

E quanto ao império temporal, em que só podia haver dúvida, que maior prova se podia desejar que a da estátua de Nabuco, cujos metais desfez a pedra em pó e em cinza? Porque, se é certo (como é de fé) que aqueles quatro metais significavam quatro impérios sucessivos, e impérios verdadeiramente temporais, bem se segue que a pedra que os derrubou e desfez, figura do Reino e Império de Cristo, não só significa Império espiritual, senão também temporal, porque só impérios temporais se derrubam, arruinam e desfazem uns aos outros, o que não faz nem pode fazer o Império espiritual.

Para um império derrubar e desfazer a outro, é necessário que tenha oposição e contrariedade com ele acerca das mesmas cousas, e esta oposição e contrariedade só se acha nos impérios temporais entre si, e não entre o império espiritual e temporal, como bem tem mostrado a experiência no mesmo Império espiritual de Cristo, o qual, depois de comunicado a seus vigários os Sumos Pontífices, não desfez os impérios e reinos dos príncipes temporais, antes ajudou muito e se ajudou de seus aumentos, crescendo e estabelecendo-se mais a grandeza e majestade da Igreja e dos Pontífices, quanto mais se estabelecia e crescia a dos Imperadores. E este foi o erro, ignorância e engano de que sempre os fiéis notaram e motejaram a Herodes, cantando sobre sua loucura por boca da Igreja: *Crudelis Herodes, Deum regem venire quid times? non eritit mortalia qui Regna dat cælestia?* sendo pois certo que o Reino e Império de Cristo derrubou ou há-de derrubar todos os impérios do Mundo, que são impérios verdadeiramente temporais, e não espirituais, ocupando e enchendo toda a Terra, donde eles antes estiveram, como expressamente se colhe que o império de Cristo não é só espiritual, senão temporal!

E tudo isto se verá mais claramente, quando adiante explicarmos o tempo da ruína desta estátua e outras circunstâncias dela. Nem menos se confirma a mesma verdade com a segunda visão de Daniel (Daniel VII) na qual lemos que, para Deus dar o Império ao Filho do Homem, mandou primeiro queimar a quarta besta das vinte pontas, em que era significado o Império Romano, e todos os reinos temporais que dela nasceram, o que de nenhuma maneira era necessário se o Reino e Império de Cristo fora somente espiritual, pois vemos que reinou antigamente Cristo espiritualmente em todo o Império Romano, e reina também hoje espiritualmente em todos os reinos que do mesmo Império Romano nasceram e se dividiram, e conservam o nome de cristãos, e nem por isso deixam de ter o mesmo domínio e soberania temporal que, antes de receberem a sujeição de Cristo, tiveram. Segue-se logo com evidência que o Império de Cristo, que lhes há-de tirar essa soberania temporal, não é ou há-de ser o Império espiritual de Cristo, a que eles já estão sujeitos, senão o Império temporal, como melhor se entenderá pelo discurso de tudo o que diremos.

Finalmente, como consta do mesmo texto de Daniel, o império do Filho do Homem ou de Cristo naquela visão é o mesmo Império universal que hão-de ter os Cristãos na Terra, no qual Império hão-de entrar e ser incorporados todos os reis e reinos do Mundo. Como se pode logo duvidar que este imenso e portentoso Império, composto de todos os impérios, de todos os reinos e de todas as repúblicas temporais, posto que seja espiritual e espiritualíssimo, não haja de ser também temporal? Este é, e este o Reino e Império de Cristo, tão cantado e celebrado nos oráculos dos Profetas, pelo qual se intitula com toda a propriedade *Rex regnum et dominus dominantium*; e assim como a palavra *regnum* e *dominantium* é sem dúvida que significa reis e senhores temporais, assim a palavra *rex* e *dominus* significa rei e senhor também temporal, para não admitirmos, com manifesta violência da Escritura e repugnância do entendimento, que na mesma sentença e na mesma palavra se varia o sentido e suposição dela, e que *rex* e *dominus* têm uma significação e *regnum* e *dominantium* outra. E se nos lugares da Escritura alegados pelos autores da opinião contrária, e em outros que também lhes pudéramos ajuntar, parece que o domínio real de Cristo se limita e determina ordinariamente a fins e obras espirituais, de nenhum modo se enfraquece com este indício ou argumento a verdade da nossa sentença, antes com ela se confirma e estabelece mais, porque nós não dizemos que o Reino e Império de Cristo é espiritual, senão que é espiritual e temporal juntamente, conhecendo e tendo pela maior excelência deste felicíssimo Reino, que não só em quanto espiritual, senão ainda em

quanto temporal, se ordena ao fim último e sobrenatural da bem-aventurança, pois esse Reino e não outro é o que há-de ser eterno e glorioso no Céu, como dizem as palavras tão repetidas do nosso texto, e isto é ser império de Cristo e dos Cristãos; e nisto se distingue dos reinos meramente políticos e humanos, porque estes têm por fim a conservação e felicidade da Terra, e o de Cristo e dos Cristãos a do Céu.

Vindo às autoridades (como dizem) dos Padres concedemos facilmente que são poucos os lugares de seus escritos em que se ache expressamente e em próprios termos o Reino temporal de Cristo, como também se não acha o da graça santificante do mesmo Cristo, distinta da união hipostática, e outras cousas de igual importância e dignidade, recebidas entre os teólogos; não porque os santos tivessem diferente parecer, mas porque em seu tempo não estavam em uso aqueles termos que depois inventou a Teologia, para maior clareza da doutrina escolástica, explicando muitos deles com palavras menos latinas (por não dizer bárbaras) qual é a palavra temporal. Dos quais termos se abstêm ainda hoje os que escrevem com estilo mais polido e levantado, como nos primeiros tempos da Igreja faziam aqueles santíssimos e doutíssimos Padres, para convidarem a todos a lerem de boa vontade e com gosto seus escritos, e para que nos livros dos autores cristãos se não achasse menos a propriedade e majestade da eloquência que tanto se venera nos escritores gentios.

Desta razão, que é geral para muitas matérias, damos por testemunhas os mesmos livros dos Padres, nos quais também se acharam freqüentemente louvadas, inculcadas e persuadidas as virtudes que pertencem ao Reino espiritual de Cristo, não porque aqueles santos negassem à universalidade de seu Império o domínio temporal, mas porque deste não quis ter exercício aquele Senhor que era juntamente Senhor e Mestre, e os principais e maiores exemplos que nos quis deixar foram do desprezo dele.

Não faltam contudo lugares muito ilustres aos Padres, em que falavam do Império temporal de Cristo com termos Não menos expressos que os que se alegam pela parte contrária, dos quais porei aqui os que bastem a responder a estes e confirmar a verdade da nossa.

S. Cirilo, explicando as palavras de Cristo: *Regnum meum non est de hoc mundo*, no Livro XII sobre S. João, diz assim: *Regem se esse non negat, sed regni Cæsaris se non esse hostem ostendit, quia -ejus regnum terrenum non est, sed caeli et terra; ceterarunq; rerum omnium*. E S. Agostinho, no Tratado XIV sobre o mesmo Evangelista: *Erat quidem Rex non talis qualis ab hominibus fit, sed talis ut homines reges faceret*. E S. Gregório, na Homilia VIII, sobre os Evangelhos, ponderando o lugar do nascimento de Cristo, Não próprio senão alheio: *Alienum, diz, non secundum potestatem sed secundum naturam; nam secundum potestatem in propria venit*. E mais claramente que todos S. Bernardo, no Livro III *De consideratione* escrevendo ao Papa Eugénio: *Dispensatio tibi super illum credita est, non data possessio; ...Non tu ille de quo Propheta: «Et erit omnis terra possessio ejus?» Christus hic est, qui possessionem sibi vindicat, et jure creaturæ et merito redemptionis et dono patris. Cui enim alteri dictum est: «Postula a me, et dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuem terminos terræ?» Possessionem et dominium cede huic, tu curam ilius habe*.

Outras muitas sentenças semelhantes a estas se vêem em outros Santos Padres da mesma e maior antigüidade, como S. Ireneu, no Livro IV, cap. XVII; S. Cipriano *Adversus Judæos* cap. XXVI, S. Hilário sobre o Salmo II, v. V; S. Jerônimo, Lib. IV, sobre Jeremias, cap. XXII, e S. Ambrósio no Livro III, sobre S. Lucas. Aos quais com razão

podemos acrescentar todos aqueles autores antigos e modernos que, a título de Mãe de Cristo, reconhecem e veneram na Virgem, Senhora nossa, o império e domínio de todo o Mundo. O mesmo S. Bernardo, no Sermão sobre as palavras do Apocalipse - signum: Maria (diz) *eo quod mater Dei est, regina cælorum et domina mundi jure esse probatur*. E S. Atanásio, no Sermão I De natiuitate Virginis: *Quandoquidem Christus rex est qui natus est ex virgine idemque et Dominus et Deus; ea propter et mater quæ eum genuit, et regira domina et deipara proprie et vere censetur*. E S. Bernardino de Sena, no Tomo I, Serm. XI, cap. I: *Virgo beatissima omnem hujus mundi meruit principatum et regnum, quia filius ejus in primo instanti suæ conceptionis monarchiam totius promeruit et obtinuit uniuersi, sicut Propheta testatur, dicens: «Domini est terra et plenitudo ejus, orbis terrarum et uniuersi qui habitant in eo»*.

Dos quais lugares todos e muito mais claramente destes últimos se mostra quão assentada cousa era, e quão sem controvérsia, no sentir comum dos Padres, o Império e Monarquia universal de Cristo, não só quanto ao Reino espiritual e do Céu, senão quanto ao temporal e da Terra. E se alguns dos mesmos Santos Padres, principalmente em livros apoloéticos ou tratados, parece que diziam e ensinavam o contrário (como verdadeiramente parece), deve-se advertir que falavam do Reino de Cristo, não quanto ao poder, império ou domínio, senão quanto ao aparato, grandeza e majestade exterior de rei temporal, o qual os Judeus esperavam e os Gentios desejavam em Cristo, os primeiros interpretando erradamente as Escrituras, e os segundos fingindo as propriedades de Deus humanado conforme sua vaidade e apetite, como gente costumada a fazer deuses à sua vontade.

E como a controvérsia e disputa daqueles tempos era contra este escândalo dos Judeus e contra esta estultícia dos Gentios, que são os nomes injuriosos ou gloriosos com que uns e outros afrontavam a cruz e humildade de Cristo, por isso é tão freqüente nos escritos dos Padres a diferença do seu Reino aos reinos do Mundo, não negando a Cristo Rei, como dizíamos, o domínio e império ainda temporal sobre todo ele, mas engrandecendo esse mesmo império pelo desprezo da pompa e aparato vão em que põem os reis da Terra sua grandeza e majestade.

Basta, por todos os Padres que pudéramos trazer em comprovação desta nossa advertência, um lugar de S. João Crisóstomo, em que, falando do Rei que vieram adorar a Belém os reis e da diferença humilde de seu estado, diz assim elegantemente:

Quonam pato magi ex stella illa Judæorum regem illum esse didicerut, cum certe non istius regni ille rex esset... Nihil quippe tale monstravit, quale mundi hujs reges habere conspicimus. Neque enim hastas, neque clypeatas ostendit militum cateroas: non equos regalibus phaleris insignes, non cunas auro ostroque fulgentes; non enim istum neque alium quempiam circa se habuit ornatum, sed vilem hanc prorsus vitam egit ac pauperem: duodecim tantummodo homines, eosque despectabiles secum circumducendo.

Esse aparato e pompa exterior de riquezas, galas, palácios, cavalos, coches, criados, exércitos, é o que os Santos negavam no Império de Cristo, e não o império e domínio dele sobre todo o Mundo, e este é o sentido próprio e germano em que Cristo disse a Pilatos: *Regnum meum non est de hoc mundo*. Como logo explicou na mesma razão que deu do que tinha dito: *Si ex hoc mundo esset regnum meum, ministri utique mei decertarent, ut non traderer Judæis*. Onde se deve notar que não disse Cristo: *Regnum meum non est hujus mundi*, senão de hoc mundo, porque o Reino de Cristo

verdadeiramente era deste Mundo e de todo o Mundo, e só não tinha os acidentes da vaidade e falsa grandeza com que se sustentam os outros reinos do Mundo.

CAPÍTULO VI

*Prossegue a mesma matéria, apontam-se os títulos
e razões do Reino temporal de Cristo*

O principal fundamento dos que não admitem no Reino de Cristo o império e domínio temporal, é por não haver título, como eles dizem, ao qual compita e seja devido aquele domínio; e para que se veja manifestamente a debilidade deste fundamento e tragamos à nossa sentença os mesmos autores que em seguimento deles abraçam a contrária, apontaremos e provaremos aqui, com a maior brevidade que nos for possível, os títulos por que é devido e compete a Cristo em quanto homem o Império e domínio supremo, não só espiritual, senão também temporal de todo o Mundo. São estes títulos seis, todos legítimos e conforme o direito: o primeiro por natureza, o segundo por herança, o terceiro por doação, o quarto por compra, o quinto por guerra justa, o sexto por eleição e aceitação de todos os homens, como iremos mostrando pela mesma ordem.

Primeiramente, é Cristo Rei e universal Monarca do Mundo por natureza, porque por meio da união da divindade à humanidade, a qual se inclui essencialmente na natureza de Cristo, sem algum outro concurso ou condição extrínseca, da parte de Deus nem da parte dos homens, pertence ao mesmo Cristo em quanto homem o domínio e império universal de tudo o criado, e por ela fica constituído, ou por ela (sem ninguém o constituir) é Rei e Senhor e Monarca supremo de todos os reis, de todos os reinos e de todos os impérios do Mundo. Por isso Cristo no Apocalipse trazia o título de *Rex regnum e Dominus dominantium*, escrito, como diz o texto, in femore, que significa a geração humana, para mostrar que o ser rei de todos os reis e senhor de todos os senhores lhe convinha e era seu por sua própria natureza. E por isso o nome que lhe puseram na circuncisão foi de Jesus, que quer dizer salvador, e não o de Cristo, que quer dizer ungido, porque o ser ungido por Rei e universal Monarca do Mundo não lhe pertencia por imposição divina ou humana, senão por natureza própria sua, ou por ser quem era. Salvador por obediência, mas ungido por natureza. E assim como antigamente se faziam ou consagravam os reis pelo óleo que eram ungidos, assim a união hipostática em Cristo foi uma verdadeira e própria unção com que juntamente com o ser e a natureza recebeu o poder e a Monarquia do Mundo.

Este é o único fundamento do Padre Vasques, a quem geralmente seguiram todos os que depois dele escreveram. Do qual Vasques diz Salazar que foi o primeiro a quem a Teologia deve os sólidos e verdadeiros princípios em que fundou o Império temporal de Cristo. E posto que Arriaga, por não faltar ao costume de impugnar tudo, não reconheceu na unção da união hipostática mais que a propriedade e energia da metáfora, nós veneramos nela a autoridade de David, que assim o disse no Salmo XLIV: *Unxit te Deus, Deus tuus, oleo laetitiae pre consortibus tuis* e a explicação de S. Agostinho e S. Gregório Nasianzeno, e de outros grandes Padres que, assim o entenderam. Porei suas palavras no capítulo seguinte pelas não repetir duas vezes.

O segundo título do Império de Cristo é por herança, porque, sendo Cristo filho natural de Deus, conforme o texto de S. Paulo — *quod si filius et haeres* — lhe pertence a Cristo o título de herdeiro do domínio e império universal do Mundo, de que Deus é

absoluto Senhor. Assim o disse o mesmo Deus por boca do Profeta Rei: *Postula a me et dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuam terminos terræ*. E S. Paulo, falando também de Cristo: *Quem hæredem universorum per quem fecit et sæcula*. E o mesmo Cristo, na parábola da vinha: *Hic est hæres, venite et occidamus eum*. E neste título convêm todos os teólogos acima alegados, como também no seguinte:

É o terceiro título, o de doação, o qual se acha mais expresso que todos, assim no Velho como no Novo Testamento, no Salmo pouco antes alegado: *Dabo tibi gentes hæreditatem tuam*; e no salmo...: *Omni subjecisti sub pedibus ejus*; as quais palavras entende S. Paulo de Cristo, no I capítulo da Epístola aos Hebreus. O Anjo à Senhora, no capítulo II de S. Lucas: *Dabit illi dominus Deus sedem David patris ejus et regnabit in domo Jacob*. S. João, no capítulo III: *Sciens quia omnia dedit ei pater in manus*. O mesmo Cristo no capítulo...: *Omnia mihi tradita sunt a Patre meo*. E no capítulo...: *Data est mihi omnis potestas in cælo et in terra*.

O título da compra, que é o quarto, parece que cai mais imediatamente sobre os homens que sobre o Mundo, mas ao primeiro domínio se segue necessária e naturalmente o segundo, assim como o que é senhor do escravo fica juntamente sendo de todos os seus bens. E é conclusão certa na teologia, e de grande glória não só de Cristo mas nossa, que pelo título da Redenção não só ficamos vassallos deste soberaníssimo Monarca, senão verdadeiramente escravos seus, comprados com o preço de seu sangue: *empti enim estis pretio magno*: O sexto e último título do Império de Cristo dizíamos que era por consentimento, aceitação e como eleição de todas as nações do Mundo. Este título é o mais natural e jurídico entre os homens, em cujas comunidades, quando querem viver juntos e politicamente, pôs Deus, como autor da natureza, o poder e jurdição suprema de eleger e nomear príncipe. Assim o tem a comum sentença de todos os juristas teólogos, e o alcançaram e ensinaram antes deles, por lume natural, Aristóteles no Livro III das Políticas, e Platão no Diálogo de Regno e nos livros – De republica. Mas em Cristo parece que não pode ter lugar este título porque, sendo o Monarca universal de todo o Mundo e de todos os homens, era necessário que os mesmos homens conviessem todos este consentimento, eleição ou aceitação, como acima dizíamos, e este consentimento comum nunca jamais o houve no Mundo, antes, como dizem alguns teólogos, não é possível havê-lo. Contudo digo que não faltou ao Império e Monarquia universal de Cristo este último título do consentimento e aceitação universal dos homens, como agora mostrarei. E peço licença aos que quiserem ler este discurso para meditar um pouco mais nele, por ser pensamento novo e matéria até agora não tratada, à qual é necessário abrir os alicerces e lançar os primeiros e sólidos fundamentos, prometendo aos que fizerem esta detença não perderão o fruto do tempo que nela gastarem, pois verão por grandes notícias e não vulgares da Antigüidade quão certa e concertadamente concorre a novidade e verdade desta nossa consideração ao maior estabelecimento do Reino de Cristo.

Alberto Pighio (para que de todo não entremos neste novo caminho sem alguma guia) no Livro V da Hierarchia Ecclesiastica, capítulo III, arrostando a opinião de muitos e graves autores, os quais têm para si que Cristo foi legitimo Rei do Reino de Israel, o título em que funda este direito é o consentimento, aceitação e expectação geral, com que Cristo, verdadeiro Messias, era esperado de todo aquele povo como seu verdadeiro Rei e Senhor, prometido aos primeiros Patriarcas da sua nação.

Nec Pilato (diz este autor) nec Caesari ullum legitimum jus in regnum Judæorum, sed si cuiquam maxime competiit Christo, quem semper expectaverunt sibi regem f ore in lege

promissum. E para ,prova desta geral aceitação e consentimento com que todo o povo hebreu tinha recebido por seu Rei ao prometido Messias, traz o mesmo Alberto Pighio a história do Livro I dos Macabeus, Capítulo XIV, em que se refere como os Judeus por consentimento comum elegeram por seu príncipe Simão e seus descendentes com a cláusula, porém, que o seriam somente até que viesse o Messias, a cujo Reino e direito não queriam prejudicar. *Judæi (diz o texto) consenserunt eum Simonem esse ducem suum [...] in aeternum, donec surgat propheta fidelis. Sobre as quais palavras conclui assim o dito autor: Vides omnium Judeorum votis et expectatione semper expectatum Christum et Messiam in lege promissum, regem sibi fore; nam ad ejus usque aduentum Simoni atque e jus posteritati regnum stabilierunt, quod illi adventanti legitimo jure deberi significaverunt, velut expresse protestantes in ejus praejudicium et injuriam nihil se velle facere.*

De maneira que o título com que tão grande teólogo e jurista defende o direito de Cristo ao Reino de Israel é aquele geral consentimento, especção e como eleição com que todo o povo judaico tinha aceitado como seu verdadeiro Rei o futuro Messias, e como tal o esperava.

Assim explica em próprios termos esta sentença de Alberto Pighio, Alonço de Mendoça acima citado, cujas palavras quero também referir aqui, porque não pareça a acomodação da dita sentença levada de algum modo por nós ao intento em que nos serve: *Alii (diz Mendoça, referindo-se a Pighio) alio titulo Christi regnum ab aduersariis vindicant; nam dicunt ex consensu et quasi electione populi judaici Christum fuisse illius gentis regem; nam cum ardentissime Messiam expectarent, et tenacissime crederent regem itsum futurum temporalem, ideo pblico totius gentis decreto in ipsum sua suffragia conjecerant et in regem elegerant.*

De toda esta sentença assim entendida me não serve mais que o exemplo e o modo de dizer ou filosofar; e digo que, assim como em respeito do Reino de Israel, concorreu ou pode concorrer em Cristo o título da aceitação e como eleição geral daquele povo, pela especção, desejo e consentimento comum com que era esperado de todos por seu legítimo, supremo e verdadeiro Rei, assim concorreu e concorre o mesmo título no Reino e Monarquia universal de Cristo, em respeito de todo o Mundo e de todos os homens e nações dele, nos quais houve o mesmo consentimento comum, o mesmo desejo e a mesma especção, como logo mostraremos.

Nem impede ou encontra a verdade ou legitimidade deste título o ser o mesmo Rei Cristo primeiro eleito, ungido, prometido e dado por Deus, porque todas estas circunstâncias e condições concorrem no exemplo alegado (o qual não é semelhante se não o mesmo) e o mesmo temos nas eleições dos dois primeiros reis de Israel, Saul e Daniel, os quais por primeiro foram ungidos pelo Profeta Samuel por mandado de Deus, e depois novamente aceitos, aclamados e cada um deles ungido pelo mesmo povo, como consta da História Sagrada, no I e II Livro dos Reis.

E que em todos os homens e nações do Mundo houvesse geralmente o mesmo consentimento comum, e o mesmo desejo, e a mesma especção acerca do Reino e Monarquia universal de Cristo sobre todos eles, que é o ponto e suposição em que fundamos este novo título, deixados outros muitos textos de menor clareza, apontarei somente dois, que se não podiam desejar nem ainda fingir mais expressos. O primeiro é do capítulo penúltimo do Gênesis, na bênção que lançou Jacob a seu filho Juda, no qual, falando do Messias prometido, como entendem uniformemente todos os autores católicos, e antes da vinda de Cristo, entenderam também sempre todos os Hebreus,

diz assim: *Non auferetur sceptrum de Juda et dux de femore ejus, donec veniat qui mittendus est, et ipse erit expectatio gentium*: «Não faltará o cetro de Judá nem príncipe de sua descendência até que venha o que há-de ser mandado, e este será a espectação das gentes.» E o Profeta Ageu, no. capítulo II, falando da mesma vinda de Cristo (como é de fé que falava, porque assim o explicou S. Paulo na Epistola aos Hebreus, capítulo XII): *...ego commovebo caelum et terram et mare et aridam; et movebo omnes gentes, et veniet desideratus cunctis gentibus*. Daqui a um pouco (diz Deus) «moverei o céu e a terra, o mar e todo o Mundo, e moverei todas as gentes e virá o desejado de todas elas»

De sorte que, antes de Cristo vir ao Mundo, não só era Ele o desejado e esperado do povo de Israel, senão o esperado e desejado de todos os povos e de todas as gentes, porque todos o esperavam por seu Rei e natural Senhor, e não só por Rei particular dos Judeus, senão por Monarquia universal de todas as outras nações e reinos do Mundo. Esta é a razão e o mistério por que os três reis do Oriente (em que se representavam, como diz a glossa, as três partes do Mundo até aquele tempo conhecido) sendo gentios, vieram adorar Cristo e oferecer-lhe tributos.

Sobre a nação daqueles reis, e se eram só de uma ou de diferentes nações, há variedade entre os Doutores. S. Jerônimo quer que fossem da Arábia Feliz, outros os fazem da Pérsia, outros da Média, outros da Etiópia. Eu tenho por mais provável que ao menos parte deles eram de regiões mais distantes, e verdadeiramente da nossa Índia Oriental, conforme profecia de David: *Reges Tharsis et insula numera offerent, reges Arabum et Saba dona adducent*. Porque aquelas palavras *reges Tharsis et insule*, conforme a significação mais recebida, querem dizer reis ultramarinos, o que se não verifica sem grande impropriedade nos reis da Arábia e Sabeia com respeito da Palestina.

Mas de qualquer modo que seja, o certo e sem controvérsia é que todos eram reis gentios. Pois se eram reis gentios, e de nenhum modo sujeitos ao domínio da república hebréia, que razão ou motivo tiveram para vir adorar um menino que eles mesmo conheciam e diziam que era Rei dos Judeus? *Ubi est qui natus est rex Judaeorum?*

A razão e motivo que tiveram foi (como bem notou Almaino) porque sabiam e criam que aquele rei dos Judeus novamente nascido não era rei particular (como os outros reis hebreus) de uma só nação ou de um só reino, senão Rei, Monarca e Senhor universal de todos os reinos e de todas as nações, e por isso como o Rei verdadeiro e Senhor universal de todos os reinos e de todas as nações do Mundo, e por isso como a rei verdadeiramente seu, o vinham adorar e reconhecer, e render-lhe a devida obediência e vassalagem: *debitam ei seu vero eorum regi et domino prestantes obedientiam*.

De sorte que antes de Cristo nascer e aparecer no Mundo, e quando somente estava profetizado e prometido já às nações do Universo, não só a hebréia, senão as dos gentios a tinham aceitado e querido, e por certo modo de eleição segunda e humana escolhido depois de Deus para seu futuro Rei e Senhor, e como tal o esperavam todos, e era desejada de todos a sua vinda: *Ipse erit expectatio gentium; veniet desideratus cunctis gentibus*.

Só vejo que podem reparar com muita razão os doutos, e argüir contra esta nossa suposição (como argüiu S. Agostinho contra este último texto) que não podia ser que as nações dos Gentios, e .muito menos todas elas, esperassem e desejassem o Messias antes da sua vinda; pois antes de Cristo vir ao Mundo, nem a fé ou a esperança de que

havia de vir se tinha anuncia do ou manifestado às nações dos Gentios, senão somente aos Hebreus.

É tão forçoso e ao parecer tão evidente este argumento que, vencidos da força dele os maiores intérpretes da Escritura, excogitavam aos dois textos referidos as explicações que neles se podem ver, as quais, quando não façam alguma violência aos mesmos textos, ao menos não encham o sentido de suas palavras, porque aquele *erit expectatio gentium* e aquele *veniet desideratus cunctis gentibus* verdadeiramente significam própria expectativa e próprio desejo, com que as nações dos Gentios todas (geral e moralmente falando) ao menos algum tempo esperassem e desejassem a vinda do prometido e futuro Rei.

Assim é e assim foi, e assim se cumpriu uma e outra profecia, e assim digo se devem entender ambas em toda a capacidade do seu sentido próprio e natural. E para que se veja que não era cousa impossível nem dificultosa ser a vinda do Messias desejada e esperada geralmente de todas as nações gentílicas, mostrarei aqui os modos e os meios mais prováveis e certos por onde o conhecimento e esperança do futuro Messias não só podia chegar, mas com efeito chegou, ou a todas ou a quase todas as nações de todo o que naquele tempo se chamava Mundo.

O primeiro meio é a tradição continuada desde Adão até Noé, cujos três filhos, Sem, Cam e Jafet foram os segundos povoadores do gênero humano, no qual, enquanto se conservou unido, continuou também unida a mesma tradição, e depois que na Torre de Babel se dividiram os homens e as línguas, e se começaram novas nações, que encheram o Mundo, também com elas se espalhou pelo mesmo Mundo aquela notícia e esperança recebida de seus antepassados, pois é certo que com a mudança das línguas não perderam os homens a memória nem a ciência.

Este discurso é tão natural que não havia mister autor. Mas temos para maior confirmação dele o testemunho de S. Pedro Crisólogo, no Sermão 157, o qual, declarando o meio por onde os magos puderam entender que a estrela significava o Messias e que este havia de nascer na Judéia, diz que tinham aprendido e sabido assim por doutrina e tradição de seus maiores, derivada desde Noé. *Non chaldaea arte, sed de prisca sanctorum traditione majorum; erant isti de genere Noe, etc.* E o autor do Imperfeito na humildade, II, sobre S. Mateus, tomando esta tradição mais perto da fonte, e referindo-se aos tempos de Set, filho terceiro de Adão, depois de Abel, conta haver ouvido de certo livro escrito com o nome do mesmo Set, o qual se conservava em uma nação das últimas partes do Oriente, junto ao mar Oceano, e que neste livro estava descrita a aparição futura daquela estrela, e os dons que se haviam levar e oferecer ao Rei nascido que ela significava, e que todas estas notícias se tinham conservado entre os doutos e estudiosos daquela gente por tradição de pais a filhos. *Audivi aliquos (diz ele) referentes de quadam scriptura, et si non certa tamen non destruyente fidem, sed potius delectante, quoniam erat quaedam gens sita in ipso principio Orientis juxta Oceanum, apud quos ferebatur quaedam scriptura, irscripta nomine Seth, de apparitura hac stella, et muneribus ei hujusmodi offerendis, quae per generationes studiorum hominum patribus referentibus filiis suis habebatur deducta.*

Até aqui este autor, chamado o Imperfeito, por deixar imperfeita e não acabada a obra que comeu, o qual querem muitos que seja S. João Crisóstomo. E posto que não tem por certo aquele livro, e que só refere a fama, por ser de tão duvidosa antiguidade,

não nega, porém, antes aprova a tradição do futuro Messias, que entre os Gentios se conservava, e da nova estrela que havia de anunciar o seu nascimento.

Esta é a opinião comum dos Padres, como se pode, ver em Orígenes, S. Basílio, S. Cipriano, S. Jerônimo, S. Gregório Nasianzeno, Teofilato, Eutímio, Ambrósio, S. Máximo, S. Anselmo, Procópio, S. Tomás e S. Leão Papa, cujas palavras citaremos depois.

O outro meio por onde os Gentios puderam vir em conhecimento da vinda e império universal do Messias, que os Judeus esperavam, foi a grande comunicação que em todas as partes do Mundo tiveram sempre com os mesmos Gentios, e os mesmos Gentios com os Judeus, entre os quais era tão vulgar e celebrada aquela esperança, que o nome com que vulgarmente chamavam ao Messias era o Esperado, ou o que há-de vir, como se vê nos termos que falaram os discípulos ou embaixadores do Baptista, quando perguntavam a Cristo: *Tu es qui venturus es, an alium expectatamus?*

Era Jerusalém antigamente a mais formosa cidade e o maior império do Mundo situado no meio de todo ele, que por isso se chamava *Umbellicus terrae*, e como tal concorriam a ela de todas as partes infinitas gentes de todas as nações e ainda de todas as cores. Isto é o que tanto celebrava David naquela cidade em cuja fundação e formosura tinha ele tão grande parte: *Gloriosa dicta sunt de te, civitas Dei, Memor ero Rahab, et Babylonis scientium me. Ecce alienigenæ et Tyrus et populus Aethiopum hi fuerunt illic. Numquid Sion dicet: Homo et homo natus est in ea, et ipse fundavit eam Altissimus? Dominus narrabit in scripturis populorum et principum, horum qui ferunt in ea. Que gloriosas cousas se contam de ti (diz David) e se escrevem nas escrituras de todos os povos, ó cidade de Deus! Em ti se acham todas as diferenças de homens, que isso quer dizer *homo et homo*, homens de todas as línguas; homens de todas as cores, homens de todas as nações e partes do Mundo; em ti se acham todos os homens de África, como são os de Etiópia; em ti os da Ásia, como são os de Babilónia; em ti os da Europa, como são tantos outros estrangeiros; em ti se vêem homens brancos, como os Tírios; em ti homens negros, como os Etíopes; em ti homens de todas as outras cores meãs, como são os asiáticos; e de todas estas gentes, que é mais, não só freqüentam tuas ruas os do povo, mas também as passeiam os príncipes — *populorum et principum!* Mas o que sobretudo é digno de maior memória, e o que sobretudo te faz gloriosa, ó cidade santa, é que todos estes, vindo a ti, aprendem o que dantes ignoravam, e sabem o que dantes não sabiam, porque conhecem a Cristo.*

Este é o sentido literal das palavras *scientium me*; porque o mesmo Cristo é o que falava neste Salmo por boca de David, como dizem comumente todos os intérpretes. E se no tempo de David era tão freqüentada a cidade de Jerusalém de todas as nações do Mundo, que seria no tempo de seu filho Salomão, depois de edificado o templo, primeira maravilha do mesmo Mundo, se o mesmo Salomão não fora maior maravilha! Para ver e ouvir estas duas maravilhas, e muito mais a segunda, diz o Texto Sagrado no III Livro dos Reis, cap. IV, que vinham de todos os povos e de todos os reis da Terra a Jerusalém pessoas enviadas por eles (que é certo seriam os maiores sábios dos mesmos povos e reinos) os quais, depois de ouvirem e admirarem em presença a sabedoria de Salomão, iam contar e ensinar a suas terras e príncipes o que dele tinham ouvido e aprendido. *Et veniebant de cunctis populis ad audiendam sapientiam Salomonis, et ab universis regibus terræ qui audiebant sapientiam ejus.*

E quem poderá duvidar que um dos principais mistérios que Salomão ensinava naquela cadeira universal do Mundo era o da fé e esperança do futuro Messias, filho e descendente seu, e que a maior maravilha que levavam para contar em suas terras os que tinham ouvido aquele famoso oráculo era que, sendo tão admirável a sabedoria e grandeza de Salomão, ainda havia de ter o mesmo Salomão um descendente que fosse mais sábio e maior que ele, *plusquam Salamone!* Assim o dizem expressamente neste lugar .., e se conformam com o exemplo da Rainha de Sabá, que, depois de ouvir a Salomão, foi a primeira que pregou nesta fé e esperança do Messias no seu Império de Etiópia, e em sinal da mesma fé introduziu em todo ele a circuncisão, que era uma prestação pública dos que a professavam.

Mas quando nos faltavam estes testemunhos do Testamento Velho, bastava um só do nosso para abundantíssima prova das muitas nações de Gentios que vinham ordinariamente e residiam em Jerusalém, pois só no dia de Pentecoste, ao som daquele trovão do céu, soubemos que acudiram ao convento e ouviram a primeira pregação de S. Pedro, quando menos, dezessete gêneros de homens de línguas e nações diferentes – Partos, Medos, Persas, Elamitas, Mesopotamios, Judeus, Capadoces, Pontos, Asianos, Frígios, Panfílios, Egípcios, Africanos, Cirenos, Romanos, Cretenses, Arabes e outros convertidos das gentilidades, que chamavam com nome geral prosélitos, que quer dizer novos, assim como hoje os judeus convertidos à Fé de Cristo se chamam cristãos-novos. *Et quomodo nos (diziam todos estes no cap. II dos Atos dos Apóstolos) audivimus unusquisque linguam nostram in qua nati sumus? Parthi et Medi, et AElamitæ, et qui habitant Mesopotamiam, Judæam et Cappadociam, Pontum et Asiam, Phrygiam et Pamphiliam, et AEgyptum et partes Liyæ, quæ est circa Cyrenen, et advene Romani; Judæi quoque et proselyti, Cretes et Arabes, audivimus eos loquentes nostris linguis magnalia Dei.* Onde se deve muito advertir que, quando isto aconteceu, já a cidade de Jerusalém e o povo e república dos Hebreus estava quase arruinada, e não conservava a quarta parte da grandeza a que nos tempos de sua maior opulência tinha chegado. E se agora era tão freqüentada de nações estrangeiras, que seria nos tempos passados?

Mas se importou muito para se estender a notícia do Messias por todo o Mundo a comunicação que os Gentios tinham com os Judeus em suas próprias terras, muito mais ajudou e adiantou a mesma notícia a muito maior comunicação e freqüência que os mesmos Judeus tinham e continuaram sempre nas terras dos Gentios, desde que nasceu e começou no Mundo a nação hebréia, que foi em Abraão, primeiro tronco e pai de toda ela. Revelou Deus por três vezes sucessivamente a Abraão, Isaac e Jacob a vinda do Messias, prometendo-lhes que em sua descendência seriam abençoadas todas as nações do Mundo: *Benedicentur in semine tuo omnes gentes terræ;* e no mesmo tempo pôs a Providência divina aqueles três Patriarcas em diferentes nações e províncias: a Abraão em Canaã, a Isaac em Gerara, a Jacob em Mesopotâmia, para que fossem três pregadores daquele primeiro Evangelho, ou como três evangelistas que anunciassem às gentes a boa nova da mercê grande que Deus tinha ,prometido fazer a todas. E porque ao numero dos três Evangelhos não faltasse o primeiro, permitiu a mesma Providência que por extraordinários caminhos fosse José levado ao Egito, e que aí por mandado do rei, como diz David, pusesse escola de sua sabedoria, onde tivesse por ouvintes todos os príncipes e sábios egípcios: *Ut erudiret principes ejus sicut semetipsum, et senes ejus prudentiam doceret.* Assim trouxe Deus naquele tempo pelo Mundo estas quatro testemunhas de suas promessas de reino em reino e de nação em nação, como notou o mesmo Profeta: *Et pertransierunt de gente in gentem, et de regno ad populum alterum.*

Ajuntou depois disto a fome em Egito os doze irmãos, filhos de Jacob e cabeças dos tribos; entraram livres, continuaram cativos, saíram vencedores. Mas no tempo daquele comprido cativo Não havia casa no Egito em que o cativo não fosse mestre do senhor. As maravilhas que depois viram nos Egípcios é certo que acrescentariam fé às esperanças dos Hebreus, porventura até aquele tempo mal cridas, e já pode ser que a crueldade de Faraó, como a de Herodes, se não fundasse tanto no receio de sua multidão que no medo de suas profecias.

Passados, enfim, à Terra de Promissão, onde permaneceram até verem o cumprimento delas em Cristo, concorreram e floresceram no mesmo tempo os quatro impérios ou monarquias dos Assírios, dos Persas, dos Gregos e dos Romanos, que senhoreavam o Mundo, e com todas elas tiveram grande comunicação os Hebreus, e algumas vezes mais estreita do que quiseram.

Todas as histórias sagradas estão cheias de embaixadas, de confederações, de entradas, de guerras, de pazes, de presentes e de outros tratos e correspondências políticas, que passaram entre as quatro nações imperantes e o reino ou povo hebreu. Com os Assírios notemos de Ezequias, de Acáz, de Oseas, de Joaquim e do sacerdote Eliacim, que concorreram com Berodac, com Salmanasar, com Ful, com Nabucodonosor e com Baltasar, como consta do IV Livro dos Reis e da história de Judite. Com os Persas, em tempo de Jeconias, de Zorobadel, de Esdras, de Neemias, que concorreram com Ciro, com Dario e com Assuero, como consta do I e II Livro de Esdras e da História de Ester. Com os Gregos, em tempo do Sumo Sacerdote Jado, de Matatias, de Judas Macabeu, de Simão e Jónatas, que concorreram com Alexandre Magno, com os dois Antíocos, com Demétrio, Heliodoro, Ptolemeu e Trifon, como consta do I e II Livro dos Macabeus.

Finalmente, com os Romanos, em tempo de Judas Macabeu, de Simão e Jónatas, que concorreram com diversos cônsules de Roma, de que se nomeia na Escritura Sagrada somente Lúcio, como consta das mesmas capitulações feitas entre uma e outra nação, mandadas pelos Romanos à Judéia, escritas em tábuas de bronze, como lemos nos mesmos Livros dos Macabeus.

E não só com estes quatro estendidíssimos impérios, mas com todas as nações do Mundo, tiveram muito particular trato e comunicação os Judeus, concorrendo Deus para este fim com disposições de mui particular providência. A primeira foi dar-lhes muitos filhos e pouca terra. Prometeu Deus a Abraão que multiplicaria sua descendência como o pó da terra e como as estrelas do céu, e foi assim que de doze netos de Abraão se formaram os tribos e destes cresceu e se multiplicou a mais numerosa nação que jamais houve no Mundo de um só sangue. A terra, porém, que Deus deu e repartiu aos doze tribos para sua habitação foi a terra chamada de Promissão, cuja largura e comprimento, tomada em sua maior extensão, não chegava a oitenta léguas da nossa medida. E a razão desta providência foi para que, crescendo e multiplicando-se a nação hebreia, e não cabendo nos estreitos limites da sua própria terra, se espalhasse e estendesse por todas as nações do Mundo, e levasse a elas a primeira luz da fé de Deus e da esperança de Cristo: e este é o mistério ou a energia de primeiro se haverem de multiplicar como pó e depois como estrelas, para que o alumiassem no meio das trevas em que todo estava.

Com o mesmo fim ordenou a sabedoria e justiça divina que os maiores e mais gerais castigos daquela nação fossem destertos e cativos, com que eram levados e

transmigrados a terras e regiões estranhas cousa poucas vezes vista em nações inteiras, para que por este meio ficassem castigados os Judeus, e juntamente instruídos e alumiados os Gentios. Assim lemos no cap. VIII dos Atos dos Apóstolos que se levantou uma grande perseguição na igreja de Jerusalém, por ocasião da qual se dividiram e espalharam os Cristãos por todas as regiões e terras de Judéia e Samaria: *Facta est in illa die persecutio magna in ecclesia, quae erat Jerosolymis, et omnes dispersi sunt per regiones Judae et Samariae.* E notam comumente os Padres e expositores que ordenou ou permitiu a Providência divina este desterro ou dispersão geral de todos os cristãos de Jerusalém pelas cidades e lugares daquelas províncias, para que, juntamente com eles assim espalhados ou semeados por aquelas terras, se plantasse nelas a Fé e depois, por este meio tão natural e ao parecer não pretendido, ficasse tão crescida e arreigada.

O primeiro e principal desterro e cativo, não falando no do Egito, de que já dissemos, foi o de Salmanasar, no tempo de El-Rei Oseas, como adiante largamente contaremos, no qual foram levados os dez tribos desde Judéia até as terras dos Medos e dos Assírios, que estavam bem no coração de toda a Ásia; e posto que o maior corpo daquela gente teve o sucesso que depois se verá, é certo, como escreve Paulo Orósio, Severo Sulpício e outros autores latinos e hebreus, que muitos deles se dividiram por todas as terras orientais daquela vastíssima parte do Mundo, penetrando até as províncias de que então nem muitos anos depois houve notícia, de que é bom exemplo a China, onde em nossos tempos depois de 2300 anos, como escreve o Padre Trigantio nas suas Relações da China, se achavam judeus daquela transmigração com todos os sinais dela.

O segundo foi no tempo de Nabucodonosor, em que os dois tribos que haviam ficado foram também cativos, em tempo de El-Rei Joaquim, e levados a Babilónia. E destes temos o testemunho da Sagrada Escritura no cap. XVI do Livro de Estér, que, sendo aquele império dividido em 127 províncias, em todas elas e em todas suas cidades estavam espalhados os Judeus, e com eles a fé do verdadeiro Deus, que professavam, como se vê nas palavras do edicto de El-Rei Assuero ou Artaxerxes, com que mandou revogar a sentença de morte, que por malícia e vingança de um mau e soberbo privado — Aman — contra a mesma nação se tinha mandado executar. *Nos autem (diz o edicto) a pessimo mortalium Judaeos neci destinatos, in nulla penitus culpa reperimus, sed e contrario justis utentes legibus, et filios altissimi et maximi semperque viventis Dei, cujus beneficio et patribus nostris et nobis regnum est traditum, et usque hodie custoditur.* Nas quais palavras, cheias todas de fé, conhecimento, honra e sujeição ao verdadeiro Deus que os Judeus adoravam, se vê claramente quão grande fruto faziam com sua presença nas terras onde estavam cativos e desterrados, Não só entre a gente popular mas nos maiores ministros e príncipes, e nos mesmos imperadores supremos, qual era Assuero ou Artaxerxes que firmou aquele edicto.

E aqui se entenderá o mistério com que um dos anjos custódios da nação hebréia, que falava com o Profeta Daniel (como se lê no cap. X de suas visões), orando ele apertadamente pela liberdade do povo, lhe deu por causa da dilação daquele despacho a resistência que fizera por muitos dias diante de Deus o Anjo Custódio do reino dos Persas, onde os mesmos Hebreus estavam cativos. *Princeps autem regni Persarum restitit mihi viginti et uno diebus.* E a razão desta resistência, como neste lugar notam todos os expositores modernos, era o grande proveito espiritual que os gentios persas conseguiam com a presença e comunicação dos Judeus, pela fé e conhecimento das cousas divinas que de sua conversação e doutrina (ainda sem particular estudo) se lhes pregavam.

Nem se deve passar em silêncio a cobiça natural dos Judeus, ou desejo de adquirir riquezas, e o gênio indústria e inclinação tão particular que teve sempre esta nação ao comércio e mercancia, como filhos alfim daquele pai que, comprando e vendendo, fez sua fortuna, e com tão pouco cabedal como uma escudela de lentilhas soube adquirir por indústria o que lhe tinha negado a natureza, e fazer-se patrão e senhor do maior morgado do Mundo.

Desta inclinação dos Judeus se serviu a Providência divina para os levar suavemente às terras e regiões mais remotas, e os introduzir e misturar com todas as nações, metendo-lhes em casa, sem uns nem outros o pretenderem, as drogas do Céu entre as mercadorias da Terra. Cuidava Benjamim que só levava trigo no seu saco, e levava nele o trigo e mais o cálix de José. Assim saíam de Judéia os mercadores, e nos fardos de mercadoria que levavam, metia também a sua o Salvador do Mundo, que era esse o nome de José no Egito: *Vocabit eum lingua egyptiaca Salvatorem Mundi*. E já pode ser (se o pensamento me não engana) que fosse este o intento de Deus naquela lei do cap. XXIII do Deuteronomio: *Non fænerabis fratri tuo ad usuram [...] sed alieno*, na qual se permitia (posto que não se justificava) para com as nações estrangeiras, para que esta maior liberdade ou impunidade de adquirir ou multiplicar fazenda fora de sua pátria os convidasse a sair dela e os arrebatasse voluntariamente às terras estranhas onde com eles se transplantasse a verdadeira fé, que era droga naquele tempo que só nascia em Judéia.

E que seria se a este título justificasse Deus as usuras que permitia aos Hebreus nas outras nações, como direitos ou gabelas daquela mercadoria? Não me atreverei a o afirmar assim, mas sei que não é cousa nova em Deus, quando quer passar a religião de um reino a outros, meter neles a Fé às costas do interesse. Quando os deuses de Tróia passaram a Itália, Anquises levava os deuses na mão, e Eneias levava às costas a Anquises. Os pregadores levam a Fé aos reinos estranhos, e o comércio leva às costas os pregadores.

E em quantas províncias achou o Evangelho fechadas as portas e, depois que o comércio bateu a elas, as teve abertas e francas? O primeiro rei de Portugal que se intitulou rei do comércio da Etiopia, Arábia, Pérsia e dia foi o que introduziu a Fé na Índia, na Pérsia, na Arábia e na Etiópia. Se não houvesse mercadores que fossem buscar a umas e outras Índias os tesouros da terra, quem havia de passar lá os pregadores que levam os do Céu? Os pregadores levam o Evangelho, e o comércio leva os pregadores. S. Tomé, que levou do Brasil à Índia o Evangelho, quando não havia comércio, houve de caminhar (como é tradição) por cima das ondas, porque não teve quem o levasse; e o segundo Apóstolo do Oriente, querendo pregar na China, traçou que o pregador entrasse como negociante, para que a Fé tivesse lugar como mercadoria.

Assim começou Deus a espalhar o conhecimento de sua Fé pelo Mundo, e assim deu princípio àquele admirável comércio em que depois, tomando de nós o que tínhamos na Terra, nos enriqueceu com o que trazia do Céu.

Naaman Siro trouxe de Damasco as suas azêmolas com carga de ricos presentes para oferecer a Eliseu e levou-as carregadas de terra de Israel, porque era santa aquela terra. Assim entravam os negociantes hebreus em Judéia ricos e acrescentados com as drogas mais preciosas de todo o Mundo, e o que principalmente levavam de Judéia

para o mesmo Mundo, se não era a terra de Israel, era urna droga que só se dava então naquela terra, que era a Fé e conhecimento de Deus. Isto levaram as frotas celebradas del-Rei Salomão quando navegavam a terras de Ofir, ou fosse Ofir a Índia, ou fosse a América, ou fosse, como muitos querem, a nossa Espanha, império famosíssimo já naquela idade ,pela riqueza e opulência de suas minas Isto vinha buscar a cobiça, e aquilo vinha trazer a Providência, sendo certo então o que depois vimos nas frotas das nossas Índias, que muito mais ricas iam do que voltavam. Quando voltavam, traziam ouro, prata, pérolas, diamantes, rubis; quando iam, levavam a Fé de Cristo, a esperança do Céu, as verdades do Evangelho, os sacramentos, a graça, a salvação.

De maneira que o comércio, os destertos e a estreiteza da terra própria foram as três ocasiões principais por que os Judeus se saíam e Deus os derramava por todas as terras e nações do Mundo. Josefo, no Livro XI de suas Antiguidades, diz que a nação hebréia tinha cheia toda a redondeza da Terra: *orbem terrarum replevit*. E Filo Hebreu, naquele memorial ou livro que intitula *De Legatione ad Caium*, diz que a maior parte de todas as ilhas e terras firmes marítimas e mediterraneas da Asia, da África e da Europa eram habitadas de Judeus: *Itaque si exorat mea Patria tuam clementiam præpter ipsam, alias civitatis demereberis plurimas, sitas in diversis orbis tractibus, Asia, Europa, Africa, insulares, maritimas, mediterraneas*.

E se estes dois autores, posto que tão alegados e seguidos de todos os que escrevem, por serem da mesma nação, parecerem a alguém suspeitosos e dignos de menos crédito, saiba que os mesmos testemunhos se leram nas Escrituras Sagradas ainda com palavras mais universais e de maior encarecimento. No edito que passou Assuero para que morressem todos os Judeus sujeitos às terras de seu Império, diz assim a Relação ou Relatório de suas culpas: *In toto orbe terrarum populum esse dispersum, qui novis uteretur legibus, et contra omnium gentium consuetudinem faciens, regnum jussa contemneret, et univrsarum concordiam nationum sua dissensione violaret. Quod cum didicissemus, videntes unam gentem rebellem adversus omne hominum genus perversis uti legibus, nostrisque jussionibus contraire, et turbare subjectarum nobis provinciarum pacem atque concordiam, jussimas etc.*, nas quais palavras se diz votada e expressamente que o povo hebreu naquele tempo estava espalhado por todo o Mundo: *In toto orbe terrarum populum esse dispersum*; e que com a novidade de suas leis perturbavam a paz de todas as gentes e de todas as nações: *omnium gentiam et univrsarum nationum*; e que desobedeciam os mandados dos reis e eram rebeldes contra todo o gênero humano: *adversus omne genus humanum*. E estas culpas assim relatadas que vêm a ser senão um testemunho público e autêntico de tudo o que imos provando? Porque não só consta delas estarem os Judeus espalhados por todo o Mundo, mas se mostra também com a mesma clareza que os efeitos dessa dispersão era ser pública e notória a todas as nações e reis e a todo o gênero humano a nova lei e nova Fé diferente de todas as outras que os mesmos Judeus professavam.

No I capítulo dos Atos dos Apóstolos temos outro testemunho sagrado igualmente universal e por termos, se pode ser ainda mais notáveis: *Erant autem in Hierusalem habitantes judaei viri religiosi ex omni natione quæ sub caelo*: «Havia em Jerusalém (diz S. Lucas) muitos judeus moradores da mesma cidade, homens religiosos de todas as nações que cobre o céu;» para cuja inteligência se deve supor que todos os hebreus que viviam longe de Judéia em diferentes nações, reinos ou cidades populosas tinham em Jerusalém suas sinagogas particulares e distintas, as quais sinagogas não eram propriamente igrejas como as nossas (porque o templo era um só e comum a todos, nem podia ser mais que um conforme a lei), mas eram umas casas grandes e

públicas, onde se ajuntavam principalmente aos sábados, e ali se tinham as pregações, os conselhos, as disputas, e todas as outras conferências das cousas espirituais ou eclesiásticas, como se conta no capítulo XVII dos Atos o fazia ou costumava fazer S. Paulo: *Secundum consuetudinem autem Paulus introivit ad eos, et per sabbata tria disserebat eis de Scripturis*. E no capítulo VI do mesmo livro se faz expressa menção das sinagogas diferentes que dizíamos: *Surrexuntur autem quidam de Synagoga, quae appellatur libertinorum, et Cirenensium et Alexandrinorum, et eorum qui erant a Cilicia et Asia*; mas no qual texto, como advertiu S. Crisóstomo e outros Doutores, não se há-de entender que uma só sinagoga fosse dos Libertinos, Cirenenses, Cilicianos, Asiáticos e Alexandrinos, senão que cada uma das comunidades dos Judeus pertencentes a estas províncias tinham a sua sinagoga própria, separada e particular. Era Jerusalém naquele tempo (e muito mais antes daquele tempo) a corte dos rei, a universidade das letras, o assento dos tribunais, e sobretudo era a cabeça da Igreja da Lei Velha, como hoje é Roma da Nova, à qual estavam sujeitos todos os Judeus e professores da mesma Fé, ainda que vissem em outros reinos, como se vê das provisões de S. Paulo, as quais ele foi buscar a Jerusalém contra os Judeus de Damasco, que era terra de gentios sujeitos a El-Rei Arctas, e assim como todos os reinos e repúblicas da Cristandade têm seus embaixadores, agentes requerentes e igrejas particulares em Roma, e ainda hospitais da mesma nação, assim e muito mais se observava o mesmo uso entre os Judeus, gente por natureza tenacíssima dos seus costumes e ritos.

E era tanto o número destas sinagogas em Jerusalém, que quando ultimamente foi destruída aquela cega cidade por Tito e Vespasiano, se acharam nela, como refere Lorino, quatrocentas e oitenta sinagogas. cada uma de diferente nação, província, reino corte ou povo notável onde houvesse tanto número de Judeus que só ó que deles assistiam em Jerusalém pudessem formar corpo e comunidade distinta.

Daqui se tira o novo e eficaz argumento de quão espalhados e multiplicados estavam os Judeus por todas as partes do Mundo. E estes eram aqueles a quem S. Pedro, no Sermão de dia de Pentecoste, chamou judeus de longe: *Vobis enim est repromissio et filiis vestris et omnibus qui longe sunt*

Vivendo pois os Judeus tão misturados e travados com todas as nações dos gentios, desta companhia se lhes pegara, como dizíamos, o conhecimento da Fé de Deus e esperança de Cristo, e não só pelo trato, comunicação e exemplo, senão também por indústria e estudo particular de alguns judeus mais zelosos, os quais com desejo de aumentar a sua religião e o culto do verdadeiro Deus, ensinavam e afeiçãoavam a ela os gentios.

Desta verdade temos em prova (que não é só suspeita ou conjectura nossa) o testemunho e autoridade do mesmo Cristo no capítulo XXIII de S. Mateus, onde, repreendendo a hipocrisia dos escribas e fariseus, diz assim: *circuitis mare et aridam, ut faciatis unum proselytum: et cum fuerit factus, facitis eum filium gehennæ duplo quam vos*. «Cercais o mar e a terra para converter um gentio à Fé, e depois que está convertido, ensinai-lhes tais doutrinas que o fazeis mais filho do Inferno do que vós sois.» Na qual sentença de Cristo se vê principalmente como os Judeus rodeavam mar e terra, isto é, peregrinavam e navegavam por todas as terras e mares do Mundo, e juntamente se prova que com estas suas peregrinações e navegações levavam pelo mesmo Mundo a Fé do verdadeiro Deus, e o davam a conhecer aos Gentios, dos quais convertiam alguns; e finalmente que Não se fazia isto acaso e por ocasião do trato, se não por zelo e cuidado particular da Religião, posto que depois a viciavam os escribas e fariseus do

tempo de Cristo com a má doutrina e exemplo que lhes ensinavam; nem faltavam em diversas partes do Mundo padrões desta mesma verdade, levantados entre as gentes mais políticas e celebradas da Gentilidade. Tal era aquele altar que S. Paulo achou em Atenas, consagrado ao Deus não conhecido — *Ignoto Deo* — o qual Deus não conhecido, como logo lhes declarou o mesmo Apóstolo, era o verdadeiro Deus, criador do Céu e da Terra.

Destes altares havia outros, como escreve o Cardeal Barónio, na Arábia, nas Gálias, na nossa Espanha e em outras províncias nobres da Ásia e da Europa, e que estes monumentos de Religião e este conhecimento de Deus não conhecido se tivesse derivado aos Gentios da doutrina e trato com os Judeus, provam-no agudamente alguns autores, com o mesmo título de não conhecido. Porque os deuses dos Gentios eram conhecidos pelos seus nomes particulares de Júpiter, Saturno, Marte; mas o Deus dos Judeus não era conhecido de nome, porque lhes estava proibido tomarem na boca o nome de Deus, e por isso se chamava Inefável, isto é, nome que se não podia falar nem dizer. *Vere tu es Deus absconditus, Deus absconditus et Salvator* — dizia Isaías a Deus, aludindo a esta proibição: «Verdadeiramente, Senhor, vós seis um Deus escondido, mas Deus que escondido e desconhecido salvais.» E Josefo, no Livro II de suas Antiguidades, vindo a tratar do nome de Deus, passou-o em silêncio e disse que lhe não era lícito pronunciá-lo: *De quo mihi dicere non est fas*.

Conheciam, porém, os Gentios, ensinados pelos Judeus, que este Deus desconhecido a quem não sabiam o nome era o Deus que criara todas as cousas, e este foi o mistério daquela erudita ignorância, com que, descrevendo Ovídio a criação do Mundo, não o nomeou nem determinou o Deus que o criara, dizendo-o só absoluta e incertamente: *Quisquis fuit ille deorum* «quem quer que foi o Deus» que o criou.

Mas nesta mesma incerteza com que falou no Deus criador do Mundo, este poeta declarou ser ele o Deus que adoravam os Judeus, ao qual os Gentios chamavam Deus incerto, porque não tinha nome particular com que fosse conhecido e se distinguisse dos outros deuses. Assim o disse Claudiano, também poeta latino e gentio, chamando aos Judeus os adoradores de Deus incerto: *Cultrix incerti Judæa Dei*. E estes foram os primeiros rudimentos da Fé que os Judeus semearam entre os Gentios, introduzindo-se o verdadeiro Deus nas outras nações e andando nelas como disfarçado, conhecido debaixo do nome de incógnito, e crido com o sobrenome de incerto.

E para que concluamos este discurso com uma advertência em tal matéria digna de muito reparo, no capítulo XXXII do Deuteronomio diz Moisés que, quando Deus, na confusão da Torre de Babel, dividiu a todos os filhos de Adão em diversas nações e línguas, fez aquela divisão conforme o número dos filhos de Israel, respondendo a cada um deles uma nação: *Quando dividebut Altissimus gentes, quando separabat filios Adam, Constituit terminos populorum juxta numerum filiorum Israel*. No qual número alude Moisés aos filhos de Israel, que entraram no Egito, os quais consta do capítulo X do mesmo livro e do capítulo XLVIII dos Gênesis, que foram setenta e duas almas: *Omnes animæ domus Jacob, quæ ingressæ sunt in AEgyptum, fuere septuaginta*. Assim entendem este lugar todos os Padres e intérpretes, os quais também concordam em que as línguas e nações em que Deus dividiu os homens (como se colhe do capítulo X do Gênesis, em que se referem as famílias dos descendentes de Noé) foram setenta e duas. Destas, se se tirarem a hebréia e egípcia, que já estavam unidas e se comunicavam, ficam pontualmente setenta.

Agora pergunto: E que mistério ou que intento teve a Providência Divina em igualar o número de todas as nações ao dos primeiros hebreus e não em outro tempo ou ocasião, senão quando a primeira vez se ajuntaram com os Gentios? O mistério e razão desta providência foi sem dúvida porque tinha Deus destinado aos Judeus para mestres da Fé dos Gentios naquela primeira Igreja. E era conveniente e necessário para este soberano fim que fossem tantos os mestres quantas eram as nações.

Temos a confirmação deste pensamento na mesma Providência Divina, que sempre é semelhante a si mesma em casos semelhantes. Tratou Cristo de dispor a pregação do Evangelho e conversão do Mundo, e, depois de nomeados os doze Apóstolos, em correspondência também dos doze filhos de Jacob e dos doze tribos de Israel, elegeram sinaladamente setenta e dois. E dois discípulos, como escreve S. Lucas no capítulo X, que mandou diante de si: *...designavit Dominus et alios septuaginta duos et misit illos binos ante faciem suam, in omnem civitatem et locum, quo erat ipse venturus*. E se buscarmos nos expositores sagrados o mistério e proporção deste número, responde S. Jerônimo, e com ele a sentença comum dos intérpretes, que foram setenta e dois estes novos precursores e embaixadores de Cristo, por serem outras tantas (como dizíamos) as nações do Mundo, que o Senhor, por meio da sua pregação e doutrina, queria trazer (como trouxe) ao conhecimento da Fé. De maneira que, assim como Cristo, no princípio da Lei da Graça, igualou o número dos seus discípulos ao das nações e gentes do Mundo, para que levassem por todo ele o conhecimento de Deus e a nova de que o Messias era já vindo, assim Deus, no princípio da Lei Escrita, mediu o número dos filhos de Israel, que são os Hebreus, com o de todas as outras nações e gentes do mesmo Mundo, porque eles eram os que haviam de levar e semear entre todas elas o conhecimento do verdadeiro Deus. E a nova e promessa de que o Messias havia de vir é explicação admirável de outros setenta e dois intérpretes da divina palavra, os quais, em lugar de – *juxta numerum filiorum Israel – tresladaram – juxta numerum Angelorum Dei* » – , chamando neste lugar aos filhos de Israel anjos ou embaixadores de Deus, porque esse era o fim e ofício para que foram destinados a todas as nações e tomados e repartidos conforme o número delas.

O terceiro meio de providência particular com que pôde chegar facilmente e chegou naquele tempo aos Gentios o conhecimento da fé e esperança de Cristo, foram as Escrituras Sagradas. O primeiro livro que viu o Mundo foi o Pentateuco, de Moisés, e não faltam grandes conjecturas para se crer que Moisés foi aquele prodigioso Mercúrio a quem os Antigos celebraram com o nome de Trimegisto. Este livro foi o que fez aos Caldeus mestres da Ásia, aos Egípcios da África e aos Gregos da Europa. Com razão chamou Clemente Alexandrino a Platão o Moisés de Atenas – *Moyses Atlicus* – porque de Moisés foram tirados todos aqueles lumes que deram a Platão em suas obras nome de divino. Deste rústico, que assim lhe chamou Aristóteles, tomou este soberbo e ingrato filósofo a sabedoria mais sublime que o fez o maior da Grécia. Aos livros de Moisés se seguiram os outros sagrados; os dos Profetas, que são entre todos quase os últimos, ainda vencem em Antigüidade os mais antigos filósofos e escritores gentios. *Tempore nostrorum prophetarum* (diz S. Agostinho) *philosophi gentium nondum erant*. E como só estes livros havia no Mundo, só estes se liam em todo ele, dispondo-o assim a Providência, que tudo governa, para que mais se estendessem por toda a parte e fossem mais celebradas suas notícias.

Não lhes podia suceder então às Escrituras divinas o que depois lhes aconteceu com Jerônimo, quando as deixou pela suavidade de Túlio, porque ainda não tinha gostado sua doçura. Elas só eram o estudo dos sábios, elas o entretenimento dos

curiosos, elas o desvelo dos entendidos. Esse foi um dos mistérios de Deus, em as fazer escuras, para que, tendo sempre que entender, fossem uma e muitas vezes lidas.

Quem quiser saber facilmente quão estudadas eram dos Gentios as Escrituras, leia com atenção os livros dos seus filósofos, dos seus historiadores e ainda dos seus poetas, e verá o que delas tomaram, delas imitaram e sobre elas fingiram; verá quanto as não largavam das mãos. «Tudo o que compôs o estilo dos vossos escritores — dizia Tertuliano aos Gentios — a substância, a matéria, a origem, a ordem, as histórias das gentes e das cidades insignes, e ainda as mesmas cidades e algumas das gentes; as causas e memórias do que escreveram e até a forma das letras e imagens dos caracteres, e os vossos mesmos deuses (e não digo nisto mais senão menos) os vossos templos, os vossos oráculos, os vossos sacrifícios, tudo vencem em muitos séculos de Antigüidade os livros de nossas profecias, e tudo foi tomado do tesouro das escrituras judaicas, que são também as nossas: *Omnes itaque substâncias omnesque materias, origines, ordines, venas veterani cujusque styli vestri, gentes etiam plurasque et urbes insignes, historiarum causas et memoriarum, ipsas denique effigies literarum indices custodesque rerum, et (puto adhuc minus dicimus) ipsos, inquam, Deos vestros, ipsa templa, et oracula, et sacra unius interim prophetae scrinium, sæculis vincit, in quo videtur thesaurus collocatus totius Judaici Sacramenti, et inde etiam nostri...* Até aqui Tertuliano.

É certo que, se os versados nas divinas Escrituras considerassem diligentemente a matéria delas e a traça e harmonia com que foram ditadas pelo Espírito Santo, achariam facilmente que não só foram escritas pela lei e observância dos Hebreus, senão também para lição e estudo de todas as outras nações; porque, sendo um só o Povo de Deus, e os autores que escreveram aqueles livros todos do mesmo Povo, a que outro fim se faz neles tão freqüente memória de todas as outras nações do Mundo e seus sucessos? Assim temos os Cananeus, os Amorreus, os Fereses, os Eveus, os Eteus, os Jebuseus, os Filisteus; assim os Ismaelitas, os Amonitas, os Moabitas, os Madianitas, os Gabaonitas, os Amalecitas; assim os Assírios, os Medos, os Caldeus, os Persas, Sírios, os Tírios, os Sidónios, os Egípcios, os Etíopes, os Gregos, os Macedônios, os Romanos. E não havia antes de Cristo província conhecida ou cidade de grande nome no Mundo, de cujos sucessos se não achasse alguma memória no Testamento Velho, assim dos passados nas histórias, como dos futuros nas profecias.

Não falo já de Daniel, que falou universalmente de todos os maiores impérios; mas só em nove capítulos de Isaías lemos sinaladamente as profecias de onze nações diferentes, chamadas cada urna por seu nome a ouvir a sentença e a saber da boca de Deus o que lhe estava por vir. E que nação destas haveria que não lesse com grande atenção e cuidado os oráculos daquele famoso profeta, onde estavam conhecendo seus nomes e lendo as fortunas? Bastava só para mover a curiosidade universal de todas as gentes à lição dos livros Sagrados, serem só eles os que revelaram e descobriram o Mundo o segredo de seu primeiro princípio, tão ignorado entre todos os sábios, a origem das línguas, o nascimento das nações, a divisão das terras, a ordem e cronologia dos tempos, do que tudo houvera perpétua ignorância nos homens, se não estivera revelado nas Escrituras.

Mas quando nenhum destes tesouros houvera depositado e encerrado nelas, falando somente do que pertence à história, que livros se escreveram jamais, não digo dos que professam verdade, mas dos fingidos e fabulosos, que iguaem em grandeza e variedade de casos admiráveis a menor parte ou sombra do que se refere nas histórias sagradas?

Narraverunt mihi iniqui fabulationes, sed non ut lex tua, dizia Daniel, e mais ainda não tinha sido o que depois dele se escreveu. Que gigantes fabulosos filhos da terra se atreveram a edificar uma torre como a de Babel, nem arrimaram escadas ao céu, sem pôr monte sobre monte, como a de Jacob? Que metamorfoses ou transformações fingiram como a de Nabucodonosor, convertido em bruto, a da mulher de Lot em estátua, a da vara de Moisés em serpente, comendo serpentes, e depois de serpente convertida outra vez em vara?

Descreveram as fábulas o dilúvio, mas não tiveram fantasia para meter todo o Mundo em uma arca, nem confiança para o salvar nela. Qual poeta se impôs ou traçou jamais uma comédia como a de Job, uma tragédia como a de Aman, uma novela ou enredo como a de José? Em que teatro dos Gentios se representaram aparências de tanto artifício como um paraíso terreal sumido no meio do Mundo, um Enoc desaparecido, de repente, um Datão e Abiron tragados da terra, e um Elias voando pelos ares em um carro de quatro cavalos, o carro, as rodas e os cavalos tudo de fogo? Que semelhança tiveram aquelas máquinas que se levantaram com nome de maravilhas do Mundo com a portentosa grandeza das que lemos nas Escrituras? Que estátua como a de Nabuco, que carroça como a de Ezequiel, que coluna como a do Deserto, que jardins como os de Assuero, que palácio encantado como o templo de Salomão, edificado de seus fundamentos sem nele se ouvir o golpe de martelo? Um pavilhão que de dia cobria do sol seiscentas mil famílias, uma tocha que de noite as alumia, já dissemos que se chamava coluna.

Que disse a Gentilidade da cítara de Orfeu, que se iguale com a harpa de David, de que fugira o Inferno? Que disse das respostas duvidosas do seu Apolo, que se pareça com os oráculos sempre certos do propiciatório? Que disse das vozes de Eudimião, também ouvidas da Lua, que não exceda uma só voz de Josué, obedecida da Lua e do mesmo Sol? O caduceu tão celebrado do seu Mercúrio que comparação teve com os poderes da vara de Moisés, que dividia os mares, parava os rios, fazia caminhar os montes? Onde se lê tal agravo de onipotência como no tenente daquela vara em quem foi culpa tirar fontes de um penhasco com dois golpes, porque o podia fazer com uma palavra?

Não digo nada dos documentas da Escritura, porquanto trato do doce e não do útil, só do que leva o apetite e não do que move a razão. Que se podia inventar de maior pasmo aos ouvidos, que ouvir falar um jumento com Balaão e uma serpente com Eva? Que se podia fingir de maior lisonja e admiração ao gosto, que comer em uma iguaria todos os banquetes e gostar em um só maná todos os sabores? Que se podia imaginar de maior suspensão e assombro à vista, que ver o monstro marinho engolir a Jonas, ver levá-lo consigo ao fundo e desaparecer, e ver dali a três dias surgir a baleia, desembarcá-lo a fera vivo nas praias de Nínive?

Como estes são os prodígios que se encontram a cada página nos Livros Sagrados. Mas que direi das façanhas e cavalarias que, ainda conhecidas por falsas, deleitam e suspendem tanto a curiosidade dos homens? Que desafio como o de David, com uma funda e um cajado contra o gigante coberto de ferro? Que batalha como a de Gedeão, só com trombetas e luzes em cântaros de barro? Que bateria como a dos muros de Jericó, derrubados com os instrumentos dos músicos do templo! Que emboscada como a de Abimelec em que os bosques e as sombras caminhavam juntamente e os soldados com eles? Que vitória como a de Jônatas, em que um só

capitão com um só soldado, pôs em fugida e desbarato o exército inumerável dos Filisteus? Que triunfo como o da galharda Judite, quando entrou pelas portas de Betúlia com a cabeça de Olofernes, em que degolou de um golpe todo aquele seu exército?

Mas passando nós a encontros de maiores forças em que pelejaram os braços e não a indústria, que Hércules Tebano como Sansão, aquele que, atado sete vezes, de uma só rompeu as cordas e nervos como se foram teias de aranha; aquele que, preso dentro da cidade de Gaza, quebrou com as mãos os ferrolhos e lançou às costas as portas; aquele que, levado ao templo dos Filistinos, lançou a mão direita e esquerda a duas colunas, dando com o templo em terra, sepultou debaixo dele todos os ídólatras; aquele que, com uma queixada de um jumento, matou, em campo aberto, mil de seus inimigos e ainda matara mais, se não fugiram todos?

Teve sede Sansão, cansado de matar, e, arrancando um dente da mesma queixada, fez brotar dela uma fonte. Assim obedecem os elementos a quem assim triunfa dos homens. Todas estas forças tinha este bizarro mancebo em sete cabelos, porque dedicou todos a Deus, desde seu nascimento.

Segundo Sansão, foi Sangar capitão do mesmo povo depois de juiz, e juiz depois de lavrador, mas lavrador que, fazendo montante do arado, matou com ele em um dia seiscentos filisteus, e deixou semeando com seus corpos o campo que andava lavrando. Fique à trombeta da fama Josué, vencedor de trinta e um reis, e o fortíssimo Macabeu, restaurador vítima da sua pátria. Paremos no valente Eleásaro, que, metendo-se intrepidamente com a espada debaixo de um elefante armado, primeiro foi matador de sua sepultura, e depois ficou ali não sei se diga morto, se mortalmente oprimido do peso de tamanha vitória.

Mas deixando a guerra, o sangue e o estrondo das armas, que história tão admirável como a da casta Susana? Que sacrifício tão lastimoso como o da filha de Jepta, e tão venturoso como o de Isaac posto já sobre o altar, e de entre a lenha e a espada escapando vivo? Que caso tão bem tecido como o de Moisés infante, já entregue à fúria do Nilo na barquinha ou naufrágio de vimes, tomando posto nos braços da Princesa do Egito, encomendado com maior ventura à própria mãe para que o criassem a seus peitos? Que maravilha como a da sarça verde e sem arder no meio das chamas, a dos meninos de Babilónia tomando fresco na fornalha, a de Daniel comendo e não comido no lago dos leões, e a da serpente do Deserto dando vida aos mordidos só com olharem para ela? Que prudência como a de Salomão em mandar partir o menino para conhecer a mãe verdadeira? Que engenho como o de Jacob em meter as cores pelos olhos das mães, para pintar os cordeiros antes de nascerem? Que indústria como a de Daniel em semear de noite o templo de cinza, para mostrar de dia nas pegadas dos sacerdotes e seus filhos que eles e não o ídolo eram os que comiam as ofertas? Que subtilzas de Estado tão bem entendidas como as dos Livros dos Reis, que como as de David com Saul e as de Cusai com Aquitofel?

Tudo nas divinas Escrituras é divino, tudo raro, tudo maravilhoso, e fora matéria imensa de prosseguir e impossível de compreender querer levar por diante os princípios deste não intentado discurso.

Bastem estes poucos exemplos, mais aludidos que contados, para que deles possa entender o leitor (que é o que só lhe pretendemos persuadir) quão fraca seria a todas as

nações dos Gentios a lição dos Livros Sagrados quando chegassem a suas mãos, e como este foi o altíssimo conselho da Providência Divina, no estilo e disposição das escrituras do Testamento Velho (tão diversas nesta parte das do Testamento Novo) temperando a alteza e majestade de seus mistérios com o sabor de tantas verdades gostosas e com a variedade de tantas maravilhas tão novas e tão notáveis, para que, convidados com o cevo da curiosidade os que ainda não deviam àqueles livros outros melhores respeitos, aprendessem por eles a Fé de Deus e juntamente as esperanças de Cristo.

E quão impossível cousa seja poderem ler os Gentios as Escrituras Sagradas, sem beberem daquelas fontes esta esperança, vê-se clara e naturalmente da matéria das mesmas Escrituras, que, como todas, foram ordenadas à vinda de Cristo, e de Cristo em quanto Rei e Senhor do Mundo, apenas se acha cláusula em muitas delas que não esteja anunciando esta vinda e este Reino.

Três partes da Escritura, disse Cristo aos discípulos que falavam mais particularmente na sua vinda ao Mundo: os Profetas, os Salmos e os livros de Moisés: *Necesse est impleri omnia quae scripta sunt in lege Moysi et prophetis et psalmis de me*. E deixando à parte os lugares mais escuros (que esses não os entendiam os Gentios sem intérprete) como se viu no eunuco da rainha Cândia, de Etiópia (se bem havia muitos hebreus, como dissemos, entre os Gentios, a quem estes podiam perguntar a interpretação quando quisessem) o cap. 2, o 9, o II, o 35, o 52, o 53, o 54, o 65 e o 66 de Isaías, e muitos outros de todos os Profetas, que homem os podia ler com juízo e entendimento, ainda que fosse sem fé, que não visse e conhecesse que era prometido naquelas palavras um Rei futuro, e não Rei como os que costumava ver no Mundo, de uma só ou algumas nações, senão de todas as gentes e reinos do Universo? E quando todas as outras profecias tivessem alguma escuridade que eles não pudessem entender ou interpretar por si mesmos, os dois textos de Daniel, fundamentais desta nossa História, em que o Reino universal daquele futuro Monarca está expresso e declarado com palavras tão vulgares e tão significativas, e com termos que Não admitem outro sentido nem interpretação, que gentio havia de haver, por bárbaro e ignorante que fosse, que não fizesse conceito do que diziam?

Mas basta ao nosso intento que o fizessem os doutos e os entendidos. Nos Salmos de David, como ele era a quem tão de perto tocava aquela felicidade e a quem particularmente estava prometida, é cousa maravilhosa a freqüência com que está repetido, a clareza com que está apregoado e a pompa e majestade de palavras com que está engrandecido o Reino de Cristo. O Salmo II, o Salmo IX, o Salmo XLI, o Salmo XLV, XLVI e XLVII, o Salmo LVIII, LXVII e LXXXVIII, o Salmo XCII, XCV, XCVI, XCVII, o Salmo CII, todos estes catorze salmos têm por principal assunto o Império do Messias.

E porque não duvidassem os Gentios que eles, as suas terras e as suas coroas, eram as que haviam de ser sujeitas a este grande Império, vinte nove vezes lhes repete e inculca o mesmo Daniel esta gloriosa sujeição, falando com eles nomeadamente, e não por termos enigmáticos ou metafísicos, senão clara e distintamente pelo seu próprio nome de Gentios. Que gentio podia haver tão rude, tão alheio do lume da razão e tão gentio, que lendo no Salmo II: *Dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuam ter minus terræ*; e no Salmo XXI: *Adorabunt in conspectu ejus universæ familiæ gentium, quoniam Domini est regnum*; e no Salmo XCVIII: *Dominus in Sion magnus, et excelsus super omnes populos*; e no Salmo XCV: *[Dicite] in gentibus quia Dominus*

regnavit, etenim correxit orbem terrae; e no Salmo LXXI: *Adorabunt eum omnes reges terræ, omnes gentes servient ei;* que gentio, digo, podia ler estes textos ou ouvir estes pregões tão expressos e declarados do domínio daquele futuro Rei sobre todos os Reis e nações do Mundo, que, se não cresse aquela Fé, ao menos não conhecesse aquela esperança?

Deixo de ponderar mais lugares de David, porque o faremos muitas vezes, em toda esta História.

Finalmente, os livros de Moisés (que era a 3.a alegação de Cristo), posto que sejam principalmente históricos e não proféticos, não só têm por ocasião da mesma história muitas profecias e promessas desta esperança, mas tão dirigidas e encaminhadas todas as nações, nomeadamente dos mesmos Gentios, que não podiam deixar de ser lidas deles com grande advertência e recebidos com grande aplauso. No capítulo XII, do Gênesis, a primeira vez que Deus apareceu a Abraão e o mandou sair da pátria, lhe prometeu que seriam abençoadas nele todas as nações da terra: *In te benedicentur uniuersæ cognationes terræ;* e no capítulo XVIII torna a referir Deus esta mesma promessa: *...cum benedicendæ sint in illo omnes nationes terræ;* e no capítulo XXII, em prêmio da resolução e obediência com que Abraão não duvidou de sacrificar seu filho, lhe promete Deus terceira vez a mesma bênção, com declaração que não seria na sua pessoa, senão na de um seu descendente: *Benedicentur in semine tuo omnes gentes terræ.* A qual promessa tornou Deus a ratifica quarta e quinta vez em Isaac, filho, e em Jacob, neto do mesmo Abraão, sempre pelas mesmas palavras. Em Isaac no capítulo XXVI: *Benedicetur in semsa tuo omnes gentes terræ;* e em Jacob, no capítulo XXVIII: *Benedicentur in semine tuo cuntæ tribus terræ;* finalmente, no capítulo XLIX do mesmo livro dos Gênesis está o famoso texto já referido um dos dois em que fundamos todo este discurso: *Non auferetur sceptrum de Juda, donec veniat qui mittendus est, et ipse erit expectatio gentium.*

De sorte que em um só livro de Moisés tinham os Gentios seis profecias claras e que claramente falavam com eles, nas quais se lhes prometia por boca de Deus que seriam abençoadas em um homem da descendência de Abraão, que era o esperado Rei e Messias do Mundo. Assim que, lendo os Gentios como liam as Escrituras, e particularmente os livros de Moisés, os dos Salmos e os dos Profetas, não podiam deixar de vir em conhecimento, e tal conhecimento de Cristo, que todos o desejassem e esperassem todos.

O quarto e último meio e mais imediato da Providência Divina, com que as nações gentílicas puderam conhecer, e com efeito conheceram, o prometido Messias, foram muitas revelações particulares daquele mistério com que Deus em diferentes tempos alumiou por si mesmo a vários homens e mulheres de toda a Gentilidade. Seja o primeiro exemplo desta luz aquele grande varão mais conhecido pelo testemunho da paciência que pelo lume da profecia, Job.

Era Job verdadeiramente gentio, idumeu de nação, natural da terra de Hus, e foi insigne profeta de Cristo, a quem conheceu por universal Redentor: *Et scio quod Redemptor meus vivit;* e em quem esperou ver a Deus vestido de carne: *In carne mea videbo deum meum;* e esta esperança, como ele diz, trazia sempre guardada no seio: *Reposita est hæc spes mea in sinu meo.* *Similiter et Job* — diz Santo Agostinho — *eximius prophetarum, et in carne mea videbo Deum meum, quod de illo tempore prophetavit quia Christi deitas habitum nostræ carnis induta est.*

Os amigos de Job também eram gentios de outras províncias vizinhas, e também alumados da mesma fé e confirmados na mesma esperança, como consta da mesma história e do que eles disseram nela; e como todos fossem reis e senhores de suas terras (assim lhes chama o Texto Sagrado no capítulo I de Tobias) com aquela suprema autoridade e com o conhecimento e sabedoria que tinham do Céu, já se vê quão ensinados teriam nela a todos seus vassallos, e quão pública seria entre eles a esperança de Cristo

Balaão (cujo espírito profético é tão vulgar que não tem necessidade de provas) não só foi gentio, senão mau gentio. Dele diz S. Máximo: *Nemo [...] miretur netivitatem dominicam agnovise Chaldaeos quam utique, si revelante Deo praenuntiare potuit; potuit Gentilis agnoscere.* Este Balaão, este gentio, (o qual não duvidou de se chamar a si mesmo *auditor sermonum Dei, qui novit doctrinam Altissimi et visionem Omnipotentis vidit*) profetizou claramente de Cristo e de seu império naquele texto, tão celebrado no capítulo XXIV dos Números: *Videbo eum, sed non modo; intuebo, illum, sed non prope: orietur stella ex Jacob, et consurget virga de Israel, et percutiet duces Moab, vastabitque omnes filios Seth.* Quer dizer: «Vê-lo-ei, mas não agora; olharei para ele, mas não de perto; nascerá a estrela de Jacob, e levantar-se-á o ceptro de Israel; vencerá todos os capitães dos Gentios e sujeitará todas as nações do Mundo.» As quais palavras foram sempre entendidas, assim pelos Hebreus, como pelos Gentios, de um Rei descendente da casa de Jacob, que em tempos futuros havia de imperar no Mundo e havia de sujeitar a seu domínio todas as nações dele.

E digo que não só os Hebreus entendiam assim este lugar, mas também os Gentios, por ser muito célebre entre eles a notícia deste oráculo, e muito famosa, ou difamada (como diz S. Leão Papa), a memória desta profecia, pela qual memória ou notícia (diz o mesmo santo) informados os Reis Magos, puderam argüir do aparecimento da nova estrela o nascimento do novo Rei: *...ad intelligendam miraculum signi potuerunt Magi etiam de antiquis Baluam praenuntiationibus commoveri scientes alim esse praedictum et celebri memoria diffamatam.* Notem-se bem estas últimas palavras, de que se ve facilmente quão notória era no Mundo e quão pública entre os Gentios esta esperança.

Das Sibilas (profetizas também da Gentilidade) diz assim Xisto Betuleu, nas Anotações que fez sobre o original grego dos oráculos sibilinos: *Sic prarsus sentio Deum totius universitatis opificem et administrum aeternum, suum votum et totam illam futuram seriem praesertim ad salutem mortalium spectantem, sicut Israeli per prophetas, ita gentibus per Sibyllas ostendere voluisse per idem numen fatidicum.*

Quer dizer este autor (e o confirma com o que disseram das Sibilas Lactanio Firmiano e S. Agostinho) que comunicou Deus o espírito de profecia a estas famosas mulheres, porque, assim como os Hebreus tiveram os seus Profetas, tivessem também os Gentios os seus, por cujo meio a uns e outros fossem manifestos os conselhos divinos, principalmente aqueles que para a salvação universal do Mundo eram necessários, conforme a ordem e disposição eterna de sua providência.

E se alguém perguntar curiosamente a quem e por cuja boca falou Deus mais claramente, se aos Hebreus pelos Profetas, ou aos Gentios pelas Sibilas, respondo que em muitas cousas particulares, principalmente das que pertencem a Cristo, falaram com termos de maior clareza as Sibilas do que os Profetas, como se pode ver facilmente de uns e outros livros. De muitos lugares e exemplos que pudera trazer desta

diferença, porei somente aqui dois, para que se veja quão fácil era aos Gentios o conhecimento de Cristo pelos livros ou oráculos das Sibilas, antes quão impossível cousa era lerem eles, como liam, aqueles livros, e não terem notícia da Messias e da esperança e promessa de sua vinda, formando ao menos um conceito comum, e conceito de um Rei e de um Império futuro, debaixo do qual se havia de renovar e restaurar o Mundo. No fim do Livro II diz a Sibila Eritrea estes versos:

*Sed postquam Roma Aegyptum reget imperioque
Fraenabit, summi tum summa potentia regni Regis inextincti mortalibus exorietur. Rex
etenim sanctus veniet, qui totius orbis Omnia sceculorum per tempora scepra tenebit.*

Não se podia descrever com maior clareza o tempo e circunstâncias do nascimento de Cristo, a soberania de seu supremo poder e a Monarquia Universal de seu Reino sobre todos os cetros e coroas do Mundo. Diz que nasceria este Rei e daria princípio a seu Império quando Roma dominasse e governasse o Egito; e assim foi, porque depois da vitória de Augusto César, em que venceu a Marco António e Cleópatra no Egito, e acabou de dominar o Império Romano, as últimas relíquias de poder em que se conservava o Grego não passaram mais que doze anos, até o nascimento de Cristo, como consta da... (lacuna do original)

No Livro VIII (que é o último) tem a mesma Sibila outros versos mais notáveis do gênero daqueles que os Gregos chamaram acrósticos, cujo artifício é lerem-se pelas primeiras letras, e formar-se com elas alguma sentença, nome ou inscrição particular. Os versos, pois, são trinta e cinco e a sentença é esta: *Jesus Christus, Dei filius, servator
Cruz*

Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador cruz.

Estes versos estão em toda a sua propriedade no texto grego, e não se poderão traduzir na língua latina com o motivo daquelas letras sem alguma variedade. S. Agostinho, no Livro XVIII De Civitate Dei, cap. XXIII, diz que a primeira versão que chegou a suas mãos deste acróstico era em versos mal latinos, e que se não podiam ter em pé: *Versibus male latinis et non stantibus*; tão galante é a frase com que o Santo declara o mal falado e mal medido daqueles versos. Depois diz que o Procônsul Flaviano lhe mostrou outros mais conformes às leis da gramática e da poesia, os quais copia este naquele lugar, e nós deixamos de os pôr aqui, porque não guardam a ordem das letras iniciais, propriedade que falta em muitas outras versões latinas. A de João Bongro, traduzida por Xisto Betuleu, compreendeu e cumpriu felizmente com todas estas dificuldades, sem tomar outra licença mais que a de desatar a última letra em duas, e fazer de um X, C e S. É a seguinte:

*Judicii metuet sudans presagia tellus
Et Rex ceternus magno descendet Olympo
Sublimis carnem mundumque ut judicet, omnem.
Unum suscipient numen pravi que bonique
Summum, supremo cum Sanctis tempore mundi.
Carnifer ille homines judex inquiret in omnes,
Horrida terra vias caeli spine que tenebunt.
Rejicient simulacta viri, gazam que retostam.
Ille domus caecas et Ditis claustra refringet.
Sanctior a mortis jam nexu libera lucem
Turba hominum cernet, scelerosos flamma piabit*

*Ultrix bertetuum: mala quae quicumque patrauit
 Sontica suppressitque diu, producent in auras
 Detegit et turbis Deus obsita corda tenebris;
 Erumnae et stridor dentis regnabit ubique;
 Ipsum deficiet solis decus astra colore
 Fusco obducentur, argentea luna peribit,
 Insurgent valles, consident ardua montis,
 Luxus sublimis mortales deseret oras.
 Immensos colles aequabunt marmora campi.
 Velivago nulli cernentur in aequore nautae.
 Succendet terram fulmen, vaga lympha
 Solis arescet ripis, fontesque dehiscunt:
 Et tuba de caelo tristis clangore sonabit
 Raucisono mundi clades pereuntis acerbas;
 Vastam terra chaos stygio monstrabit hiatu,
 Atque Dei solio sistetur iudicis omnis
 Turba ducum regumque; pluet tum sulphure et igni
 Omnibus extabunt ligni vexilla verendi
 Robur et auxilium populo exoptata fideli:
 Certa pio generi vita, ast offensa malignis,
 Rore bonos lustrans bissemi fontis ab unda:
 Virgaque qua pecori dat ferrea jura magister
 Carminis auspiciis qui crimina morte piabit
 Servator Rex arternus Deus ipse patescit.*

Destes mesmos versos faz menção Eusébio Cesariense na Vida de Constantino Magno, e Marco Túlio, que morreu cinquenta anos antes do nascimento de Cristo, no livro II De Divinatione. O sentido dos versos, em suma, é a vinda de Cristo a julgar o Mundo, com todas as circunstâncias de grandeza, majestade e horror que pertencem ao aparato e execução do juízo.

O mistério da encarnação está com tanta e maior clareza no Livro I dos mesmos oráculos das Sibilas:

*Tunc ad mortales veniet, mortalibus ipsis
 In terris similis, natus Patris omnipotentis
 Corpore vestitus.*

Não falou com palavras mais claras S. Paulo, quando disse: *In similitudinem hominum factus et habitu inventus ut homo*. E mais abaixo se lê a pregação do Baptista, quase pelas mesmas palavras de S. Mateus:

*Verum cum quaedam vox per deserta locorum
 Nuncia mortales veniet, quae clamet ad omnes
 Ut rectos faciant calles, animosque refurgent
 A vitiis et aqua lustrentur corpora cuncta,
 Ut nunquam doincets peccent in jura, renati...*

A embaixada do Anjo à Virgem com o mesmo nome de Gabriel descreve a Sibila no Livro VIII por estas palavras:

*E caelo veniens mortales induit artus.
 Ac primum cortpus Gabriel ostendit honestum*

*Nuncius, hinc tali affatur sermone puellam:
Accipe, Virgo, Deum premio intemerata pudico.
Sic ait: est illam caelestis gratia mo11i
Leniit afixatu: tum virginitatis amatrix
Perpetuae magno subito correpta stupore
Atque metu trepida pressit formidine mentem.*

E pelo mesmo estilo vai prosseguindo a história da encarnação, segundo as leis da história. E porque não faltasse com todas estas circunstâncias, até o presépio de Belém, alegria e pasmo dos pastores, aparecimento da estrela e adoração dos Reis. O nome da Virgem, assim como tinha declarado o do Anjo, diz no mesmo lugar:

*Et brevis egressus Mariae de Virginis alvo
Exorta est nova lux.*

Finalmente, resumindo todas as obras de Cristo, assim da vida santíssima, como da sua Paixão, até lhe pôr a coroa (como se esta fora o fim e assunto do seu poema) conclui com estes versos:

*Ergo ad iudicium veniet dicitur memor hujus,
Persimilem formam portans in Virginis alvum,
Collustrans lympha manibus senioribus (?) omnes
Cuncta jubens faciet morboque medebitur omni.
Placabit ventos dicto sternetque profundum
Insanum, placidis pedibus calcando, fideque,
Ad virosa genas praedebit sputa prudentes
Verberibusque sacrum tradet proscindere tergum
[Virginem enim castam tradet mortalibus ipse.]
Perque feret tacitus cotaphos ne forte sciatur
Quis sit, cujus, mortalibus unde locutum
Venerit, horrentemque feret de vepre coronam.*

Até aqui a Sibila, compreendendo admiravelmente em tão poucas regras o nascimento virginal de Cristo, o sacramento do batismo, que instituiu e administrou, depois que teve (como ele diz) maiores as mãos, o império que exercitou sobre todas as criaturas, as enfermidades que curou milagrosamente, os mares que pisou andando placidamente, sobre as ondas, a sujeição com que lhe obedeceram os ventos, a paciência e humildade com que sofreu ser cuspidado, açoitado e afrontado com mãos sacrílegas em seu próprio rosto, e coroado por escárnio com coroa de espinhos, dissimulando debaixo de tantas injúrias a grandeza, poder e majestade de quem era e de quem o mandara ao Mundo.

Tanta como esta é a clareza com que falaram de Cristo as Sibilas, qual se não acha maior nem ainda igual nos Profetas. Sendo a razão desta providência (como bem notou Castálio) a rudeza e ignorância das cousas divinas em que viviam os Gentios, aos quais era necessário se falasse com maior clareza do que aos Hebreus, nascidos e criados entre os resplandores da Fé e conhecimento de Deus, tendo também estes ali tantos mestres que os pudessem alumiar e ensinar, e carecendo aqueles de toda a luz e doutrina.

Se já não foi (como considera o mesmo autor e o prova com Isaías) que a escuridade dos Profetas, por permissão ou castigo, se acomodou à cegueira com que os Judeus haviam de negar a Cristo, e a claridade das Sibilas à fé com que os Gentios o haviam de crer. *Nonne* (são as palavras de Castálio) *quae de Christo gentibus praedicta sunt ea clariora esse oportuit, quod Mose et cetera disciplina carebant, quae eis ad Christi lumen quasi proluceret: ut quod hic durat, id oraculorum perspicuitate compensaretur? Accedit eo quod (quemadmodum scitur ex Isaia) voluit Deus Judaeis obscuriorem esse Christi adventum, ut in eum obscurarent alque ita sua, pertinaciae poenas darent, quod idem de gentibus dicere non licet.*

Por meio destes oráculos das Sibilas, que andavam nas mãos de todos, principalmente dos sábios, como se vê em Platão e Aristóteles, era tão vulgar e famosa entre os Gentios a esperança daquele novo Rei e da idade dourada que havia de trazer ao Mundo com seu felicíssimo Reino, quanto a lemos elegantemente profetizada na IV Égloga de Virgílio, que morreu treze dias antes do nascimento de Cristo, e cita nela os oráculos da Sibila Cumea: *Ultima Cumaei venit jam carminis aetas*, para que entendêssemos que as Sibilas foram as Musas Sicéldes que exercitaram cousas maiores, e que destas fontes bebeu aqueles levantados espíritos, e não nas de Aganipe ou Hipocrene.

Eusébio Cesareense, no já citado livro da Vida de Constantino Magno, é de opinião que esta quarta Égloga de Virgílio é toda alegórica, e que debaixo da metáfora de Asínio, filho de Polion, foi verdadeiramente escrita e dedicada a Cristo, filho do Eterno Padre, encobrindo e envolvendo o vigilantíssimo Poeta a verdade desta sua fé e pensamento com as figuras e metáforas daquele seu Mecenas, para que o não condenasse a superstição romana como violador da divindade dos deuses. *Intelligimus autem (diz Eusobio) dicta haec manifeste simul et obscure per allegorias prolata iis, qui carminum horum sensum altius sub conspectum divinitatis Dei scrutantur, innuere quomodo Poeta, ne quis eorum qui in regio orbe denominabantur, culpae posset quod contra patrias leges scriberet, et quae jam olim inde a majoribus de diis credita fuiissent, rejiceret, veritatem occuluerit.*

Desta mesma opinião de Eusébio são outros muitos autores, os quais constantemente se persuadem que o sujeito da IV Égloga virgiliana não foi outro senão Cristo, conhecido pelos oráculos das Sibilas, e certo são tão extraordinariamente grandes as cousas que o príncipe dos poetas diz naquele poema bucólico, que nem ainda do mesmo César se puderam dizer sem nota de demasiada adulação e indigna de um tão eminente juízo como o de Virgílio, talhado verdadeiramente para poeta de Cristo.

Quem tiver curiosidade de ver a alegoria de toda a Égloga aplicada e explicada de Cristo, veja nos Antigos ao mesmo, e dos Modernos ao P.e Lacerda, e sobre todos (lacuna no original).... que de versos de Virgílio teceu e compôs felizmente toda a vida de Cristo As razões mais fundamentais e sólidas com que se persuade e converte a verdade deste império temporal de Cristo são as que imediatamente se tiram dos mesmos títulos que acabamos de declarar. E assim a primeira e mais relevante de todas se funda na união hipostática com que a humanidade sagrada de Cristo está unida ao Divino Verbo, posto que esta mais se pode chamar natureza que razão; outra é o merecimento infinito de Cristo, inseparável a todas as suas ações, pelo qual lhe eram devidas todas as dignidades e grandezas humanas, sem exclusão de poder, autoridade e soberania alguma, em consequência do qual merecimento se ajuntou a ele a vontade

eficaz divina, que foi o princípio efetivo donde manou e se derivou a Cristo a comunicação liberalíssima, e como investidora absoluta desta suprema e universal potestade; assim que as razões fundamentais do império temporal de Cristo são três: o ser quem é, o seu merecimento e a vontade divina, que é razão de si mesma.

Estas razões capitais se podem ajudar e revestir de várias congruências, que facilmente se consideram muito convenientes todas ao decoro e majestade de Cristo; o qual, como cabeça dos homens que são compostos de carne e espírito, não era justo que tivesse sobre eles o domínio partido, senão inteiro, assim sobre as cousas e ações concernentes ao espírito, como as que pertencem ao corpo; antes, por Cristo ser verdadeiro e inteiro homem, composto não só de espírito, se não de carne, foi muito conveniente que não só tivesse o Império espiritual que pertence às almas, se não também o temporal que é próprio das corpos: *...ut sicut ipse e corpore et spiritu compositus erat, ita eum (Pater) et regem spirituum et corporum etiam fecerit, ut tam late ipsius regnum et imperium pateret quam ipsius Dei*, como doutamente disse Stuniga, comentando o capítulo IX, v. 9, do Profeta Zacarias.

Se os Trajanos e outros imperadores e príncipes do Mundo deram seus impérios e reinos inteiros aos estranhos que adotaram por filhos, como havemos de crer nem imaginar que desse Deus só uma parte de seu império e domínio a Cristo, que não só em quanto Deus, se não ainda em quanto homem, e seu filho natural e verdadeiro e unigênito? Se quis e não pôde (como em semelhante caso argumentava Agostinho) foi fraqueza; se pôde e não quis, foi inveja, e um ou outro pensamento fora blasfêmia contra o onipotente amor de tão divino Pai.

A Adão deu Deus o império universal do Mundo com sujeição e otediência a todas as criaturas dele, só por ser feito a sua imagem e semelhança: *Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram, ut praesit piscibus maris, et volatilibus caeli, et bestiis terrae*,. Como negaria logo Deus este mesmo poder, não digo já àquele segundo Adão que veio restaurar as ruínas do primeiro, senão àquele que é imagem e retrato perfeitoíssimo de sua sustância: *Ipse est enim imago Patris et figura substantiae ejus?* Haverá quem se atreva a dizer ou presumir que foi menor o poder de Cristo no Mundo que o de Adão ou que teve Adão poder que faltasse a Cristo? A carne de Adão que tomou Cristo não foi de Adão pecador, senão de Adão inocente, porque, como advertiu o Apóstolo, tomou a carne e não contraiu o pecado. E se Cristo não foi filho de Adão escravo, se não de Adão senhor, porque não reteria ao menos o que não perdeu em seu Pai?

A geração de Cristo escrita por S. Mateus começa em David, e por S. Lucas em Adão; e se, por filho de David, melhor que Salomão lhe foi devido o cetro de Israel, por filho de Adão, melhor que Caim e Abel, porque se lhe há-de negar o do Mundo?

Finalmente, é princípio geral e recebido de todos os teólogos, que se deve conceber e admitir na soberana pessoa de Cristo todos aqueles atributos de poder, grandeza e majestade, que sem implicação nem indecência se podem considerar nela, porque todos lhe são infinitamente devidos; e tão fora está deste perigo o império e domínio temporal que admitimos em Cristo, que antes da falta dele se podem arguir conhecidos inconvenientes, e ainda alguma consequência indigna e de menos decoro. Porque o império espiritual de Cristo, por supremo e universal que seja, só tem poder e jurisdição indireta sobre as cousas e ações temporais, enquanto estas se ordenam ou subordinam ao fim e conservação das espirituais: e no caso ou suposição em que Cristo somente fosse Rei espiritual, segue-se (como doutamente infere o Padre Soares) que, se

Cristo quisesse mandar a um homem ou a um anjo uma ação meramente temporal alheia (ainda que fosse para obrar um milagre), que o não poderia fazer livre e absolutamente a seu arbítrio e sem licença do dono dela (se comodamente o pudesse fazer de outra sorte): *Indignum autem videtur* (conclui o grande Doutor) *haec et similia de Christi potestate sentire*. Sendo logo este sentimento indigno do poder e majestade de Cristo e da soberania de sua pessoa, necessariamente havemos de dizer e confessar, em boa teologia, que não é somente espiritual o império e domínio que Cristo tem sobre o Mundo, se não também temporal, e que espiritual e temporalmente Ihe são todos os homens e todas as cousas sujeitas.

E quanto ao reparo da pobreza e desprezo das cousas temporais que Cristo veio ensinar ao Mundo, nós nos contentaremos com que os autores deste escrúpulo, por santos e espirituais que sejam, se contentem com o que se contentou este Monarca temporal do Mundo: imitem a pobreza de Cristo, pobre no nascimento, pobre na vida, pobre na morte, e pobre sobretudo na eleição de pais pobres, e não queiram mais pobreza, nem mais exemplo em Cristo. Muitos há que querem parecer pobres; alguns que o querem ser; mas quem queira ser e parecer filho de pobres: *Quis est hic et laudabimus eum?* Só Cristo e quem tem muito de Cristo.

O domínio universal que Cristo tinha do Mundo era o que mais subiu de preço os quilates de sua pobreza. Não ter uso das cousas do Mundo quem não tem ou teve domínio delas, virtude pode ser, mas virtude que parece fortuna ou necessidade; porém senhor absoluto de tudo quanto há e pode haver no Mundo, e ter menos uso do mesmo Mundo do que os bichinhos da terra, e poder dizer com verdade: *Vulpes foveas habent et volucres caeli nidos; filius autem hominis non habet ubi caput reclinet*, oh! que pasmo, oh! que exemplo, oh! que confusão para os homens, ainda os mais desprezadores do Mundo!

Mas replicam a esta resposta os autores da contrária opinião, e dizem que a pobreza evangélica, de que Cristo professou ser mestre, não consiste só na mortificação ou temperança do uso das cousas temporais, se não principalmente na renúncia do domínio delas; logo, no desprezo e abdicação deste domínio é que devia Cristo dar-nos o exemplo da perfeita pobreza. E pois é certo que foi Cristo consumadíssimo exemplar de todas as virtudes, e muito particularmente desta, segue-se que não só não teve o uso das cousas temporais, se não que também careceu do domínio de todas.

Primeiramente digo que, para Cristo ser perfeitíssimo mestre e exemplar de todas as virtudes, não era necessário exercitar todos os atos particulares delas, ainda que os tivesse ensinado. Não era menos mestre nem menos exemplar Cristo da paciência do que o foi da pobreza, e sendo uma das mais altas proposições de sua doutrina na matéria do sofrimento, *cum te percusserint in una maxilla, praebe illi et alteram* sabemos contudo que, quando deram a Cristo a bofetada em presença do Pontífice Caifás, não ofereceu o Senhor a outra face, antes acudiu à calúnia de que falsa e sacrilegamente o argüiam.

Mas deixada esta estrada geral, porque não é nosso intento divertir o argumento, senão desfazê-lo, digo outra vez que na pobreza de Cristo, quanto a renúncia do domínio, havia outra razão mais forçosa e necessária, que era ser este ato incompatível com a natureza e essência do mesmo Cristo. Porque aquele domínio supremo e universal de todas as cousas fundava-se imediatamente, como dissemos, na união hipostática, e era não só propriedade inseparável, senão parte intrínseca dela; e assim

como Cristo não podia renunciar nem abdicar de si a própria natureza, assim (diz o Padre Vasquez) não podia renunciar nem demitir de si o direito soberano domínio. O que podia só fazer Cristo era privar-se do uso dele, e assim o fez tão perfeita e perfeitissimamente como sabemos. Quanto mais que ainda no caso em que fora possível na pessoa de Cristo a renúncia do domínio temporal de todas as coisas, porventura que era mais conveniente ao mesmo exemplo do Mundo conservar o domínio sem o uso, que renunciar o uso e mais o domínio; porque Cristo, como mestre e exemplar da perfeição evangélica, não só devia dar exemplo aos religiosos que professam renunciar o domínio dos bens temporais senão também aos prelados e bispos, e ao supremo bispo e supremo prelado, cujo estado, sendo de maior perfeição, conserva o domínio e administração dos bens e só periga ou pode perigar na imoderação ou excesso do uso deles. Foi logo convenientíssimo que em Cristo se ajuntasse o sumo domínio e o sumo desprezo e abstinência das coisas do Mundo, para que no mesmo exemplar aprendessem os religiosos a mortificação do uso e os prelados a moderação do domínio.

Finalmente, para que ponhamos o selo à confirmação desta nossa sentença e acabemos de desfazer as razões ou admirações, como dizíamos da parte contrária, provemos demonstrativamente a causa pelos efeitos, a potência pelos atos, a jurisdição pelo exercício, e o direito (do modo que pode ser) pela posse. Temos neste ponto contra nós não só os inimigos, senão também os amigos. Resolvem os defensores da opinião contrária, e também muitos da nossa, que Cristo em toda a sua vida, não teve exercício algum do império temporal, nem em quanto Rei nem em quanto Senhor, porque nem fez ato que fosse próprio da dignidade real, nem se serviu de coisa alguma do Mundo, como quem teve só o domínio e senhorio dele. E daqui inferem, não todos mas só os que impugnam a nossa sentença, que vinha a ser totalmente ocioso este império temporal que consideramos em Cristo, e por conseguinte nulo, conforme aquele princípio vulgar da filosofia: *Frustra est potentia quae non reducitur ad actum*

Mas começando pela forma desta consequência, ou colhe demasiadamente ou nada. Porque tão boa consequência é esta: Cristo não teve exercício de rei, logo não teve poder real; como esta: Cristo não teve exercício de juiz, logo não teve poder judicial. E nesta segunda consequência, sendo de Fé a premissa, é contra a Fé a conclusão. A premissa é de Fé, porque lemos no capítulo XII, de S. Lucas, que, pedindo dois irmãos a Cristo que julgasse certa dúvida que tinham entre si, o Senhor lhes respondeu: *Quis me constituit iudicem super vos? E a conclusão é contra a Fé, porque neiga contraditoriamente o texto de S. Paulo: Pater non iudicat quemquam, sed omne iudicium dedit filio, quia filius hominis est.* Antes daqui se forma novo argumento em confirmação da verdade da nossa sentença, porque a potestade judiciária em Cristo foi consequência da dignidade real, como expressamente ensina S. Tomás na Questão LIX, Art. IV, ad. I: *Potestas iudicis secuta est in Christo regiam dignitatem.* E a razão desta ordem natural é, posto que o Santo Doutor a não exprima, porque o ofício de julgar é parte da dignidade de Rei, conforme o texto de David: *Et nunc, Reges, intelligite: erudimini qui iudicatis terram.* Por isso o mesmo Cristo, descrevendo o supremo e último ato de juízo em que há-de sentenciar o Mundo, se chama nomeadamente Rei: *Tunc dicet Rex his qui a dexteris ejus erunt* etc. E se é certo e de Fé que Cristo tem esta parte da jurisdição e dignidade real, porque havemos de ser tão estreitos de coração que lha não concedamos toda?

Os que admitem ou veneram conosco em Cristo o título e domínio de rei e concedem contudo que não teve exercício dele, dizem muito douta e consequentemente que, ainda que a dignidade e jurisdição real em Cristo não tivesse ato

ou exercício algum em sua vida, nem o haja de ter em outro tempo, nem por isso se deve julgar aquele poder por baldado e ocioso, porque serve, como falam os filósofos, de ornar e mais aperfeiçoar o sujeito. Bem assim como na humanidade do mesmo Cristo é certo que houve alguma potência, que nunca teve nem havia de ter ato (qual é a potência que há nos indivíduos para a conservação da espécie); e contudo ninguém a nega nem pode negar em Cristo, porque é perfeição natural da Humanidade.

Persistindo na mesma suposição, se pode também dizer, não indouta nem indiscretamente, que, ainda que o domínio temporal de Cristo não teve aqueles atos ou exercício positivo que costuma ter nos reis e príncipes da terra, teve porém um ato excelentíssimo e um exercício contínuo, nunca visto até então no Mundo, a que podemos chamar negativo, que foi o não querer usar Cristo do mesmo domínio. E ter o domínio para poder e não querer usar dele (que é um ato heróico de humanidade e modéstia, o qual necessariamente supõe o mesmo domínio) não é tê-lo ocioso, se não mui gloriosamente exercitado, de maneira que neste sentido (que nem é vulgar nem violento) podemos dizer que não careceu Cristo do uso do domínio temporal que nele consideramos, e que o uso que teve daquele domínio foi a privação do mesmo uso, ou não querer usar dele. E se não, perguntemos a S. Ambrósio para que quis e mandou Cristo aos Apóstolos que comprassem espadas, ainda que fosse a preço das mesmas túnicas com que andavam cobertos, se lhes havia de mandar que as deixassem estar na bainha? e responde o grande Doutor que foi para mostrar Cristo que se podia defender e vingar de seus inimigos, mas não queria. Para este uso ou desuso quis Cristo a procuração das espadas, porque muitas vezes o mais nobre e o mais generoso uso do poder é não querer usar dele. E se aquelas espadas só para este uso não foram ociosas, porque o seria o domínio de Cristo, ainda que não tivesse outro uso mais que não querer o poderosíssimo Senhor usá-lo, para maior exemplo e doutrina nossa? Onde mais bem empregado e aplicado o domínio, que para poder dizer, depois do maior ato de humildade: *Si ergo ego dominus et magister?*

Desta maneira respondem (e podem responder os que seguem que Cristo não teve exercício algum do império e domínio temporal; porém nós, ponderando devagar a história evangélica, temos por certo o contrário; pelo que respondemos negando a suposição, e por última confirmação da nossa opinião mostraremos, por atos próprios de jurisdição e domínio, como foi Cristo Rei e Senhor temporal do Mundo, não só em ato primo (como diz a frase dos Teólogos) senão em ato segundo; e não só quanto a jurisdição e domínio, senão quanto ao uso e exercício dela; não porque pública e continuamente o professasse Cristo, como fazem os reis da Terra, mas porque exercitou alguns atos particulares de império e domínio, que eram próprios só do legítimo Rei e verdadeiro Senhor do Mundo, como se vê claramente em muitos lugares e exemplos do Evangelho.

O primeiro seja mandar Cristo, tanto que entrou neste Mundo, chamar os Reis do Oriente pela estrela, para que o viessem reconhecer e adorar por Rei. como eles mesmos disseram: *Ubi est qui natus est Rex Judaeorum? Vidimus enim stellam ejus in Oriente et venimus adorare eum.*

Item em receber os tributos que lhe ofereceram os mesmos Reis em reconhecimento da soberania suprema de sua majestade, não só em quanto Deus, se não em quanto Rei. Nesta conformidade entendem todos os Padres o mistério das três espécies de ouro, incenso e mirra, que os Reis ofereceram: o incenso como a Deus, a

mirra como a homem, e o ouro como a rei, e assim cantou Arato, poeta cristão da primeira Igreja, naquele verso que tão bem pareceu a S. Jerônimo:

Aurum, thus, myrrham regique hominique Deoque.

E a Igreja, no Hino da Epifania:

Thus, myrrham etaurum regium.

E muito antes David, no Salmo que começa: *Deus, judicium tuum Regi da, et justitiam tuam filio Regis*. Este Salmo se entende literalmente do Reino de Cristo, conforme a explicação de S. Jerônimo, S. Agostinho, S. Ambrósio, e o comum consenso de todos os Padres e da mesma Igreja; e não só do Reino de Cristo absolutamente, se não do Reino e Império temporal, como larga e eruditamente prova Alonço de Mendocça, na sua *Relatio Theologica de universali Christi Regno*. E em comprovação deste Reino de Cristo, alega David profeticamente no mesmo Salmo a adoração e tributos dos Reis do Oriente: *Reges Tharsis et insulae numera offerent, Reges Arabum et Saba dona adducent, et adorabunt eum omnes Regeç terrae, omnes gentes seroient ei*.

Finalmente, a entrada dos mesmos reis em Jerusalém, perguntando publicamente: *Ubi est qui natus est Rex?* que outra cousa foi, se não um pregão público e um Real! Real! por Cristo Rei do Mundo, com que o mesmo Rei se mandou apregoar na praça mais universal de todo ele, que era Jerusalém, e no meio do mesmo Mundo, que era o lugar onde aquela cidade estava situada?

A mesma publicação fizeram os Anjos nos montes e campos de Judéia, quando anunciaram aos pastores: *Quia natus est vobis hodie salvator qui est Christus dominus, in civitate David*; respondendo toda a milícia do Céu: *Gloria in altissimis Deo ed in terra paz huminibus!* Nas quais palavras todas não só apregoaram o nascimento e chegada ao Mundo do novo Rei, mas declararam também por to das as circunstancias de salvador, de ungido por Deus, de descendente de David, e da paz que trazia consigo, ser ele o Rei prometido aos Patriarcas e anunciado dos Profetas, que havia de salvar e dominar o Mundo; da qual publicação foram os mesmos pastores os terceiros pregoeiros, que divulgaram por toda a parte o que tinham visto, como se colhe claramente do texto de S. Lucas: *Et omnes qui audierunt mirati sunt, et de his quae dicta erant a pastoribus ad ipsos*. Que ato pois mais próprio e positivo de rei, que mandar-se publicar por tal, nas cortes e aldeias, nas cidades e nos campos, aos grandes e aos pequenos, com quatro pregões tão públicos e tão notáveis, de estrelas, de anjos, de reis, de pastores, e receber adorações e tributos dos mesmos reis, e ultimamente desobrigá-los da palavra que tinham dado a El-Rei Herodes, como senhor supremo de todos, e mandá-los como súbditos e novos embaixadores seus, assinalando-lhes o caminho por onde haviam de ir?

Mas passemos do nascimento de Cristo aos dias mais chegados à sua morte, para que vejamos como, entrando e saindo do Mundo, se mostrou e publicou Rei e senhor de todo ele.

CAPÍTULO VII

Conclui-se que o Reino de Cristo é espiritual e temporal juntamente.

Recolhendo tudo o que tão largamente temos disputado (que foi necessário ser tão largamente) e reduzindo a concórdia quanto pode ser as opiniões de todos os

Doutores, posto que alguns pareçam entre si contrários, diremos por última conclusão que o Império de Cristo é juntamente espiritual e temporal, e que, segundo estas duas jurdições, ambas supremas, se compõem; a coroa de Cristo, Sacerdote Supremo, e outra coroa de universal Senhor e Legislador *in temporalibus*, segundo a qual se chama propriamente Supremo Rei.

Este é o Reino universal que Daniel veio dar ao Filho do Homem (que é Cristo), e este o Reino que Nabucodonosor também tinha visto encher o Mundo, posto que não viu nem lhe foi mostrado a quem se havia de dar. Este é o que viu mais distintamente que todos Zacarias na sua terceira visão; porque Nabucodonosor viu somente o Reino e sua grandeza, Daniel viu o Reino e a pessoa que o havia de dominar, e Zacarias viu o Reino e a pessoa, e o número e distinção das coroas. Torno a repetir o texto e suponho a história, pois fica contada no I Livro

Para maior inteligência desta matéria havemos de supor que, deste tempo da Lei da Natureza, andou sempre o morgado temporal unido com o sacerdócio, e um e outro vinculado aos primogênitos. Estas eram aquelas bênçãos tão celebradas e tão pleiteadas que os Patriarcas davam a seus filhos, como foi a que Abraão deu a seu primogênito Isaac, e a que Isaac quis também dar a seu primogênito Esaú, e por indústria de Rabeca foi dada a Jacob. Conforme a este direito de sucessão, havia de dar também Jacob a seu primogênito Ruben a mesma bênção, mas, em castigo da irreverência que tinha cometido contra o tálamo de seu pai, foi privado dela, como lhe disse o mesmo Jacob: Ruben, primogenitus meus, tu fortitudo mea et principum doloris mei, prior in donis major in imperio, effusus es sicut aqua; non crescas, quia ascendisti cubile patris tui et maculasti stratum ejus.

Desde este tempo se dividiram estas duas dignidades que haviam de estar juntas no morgado ou maioria de um só império (*major in império*) e o reino e o sacerdócio, que havia de andar encabeçado no primogênito de Ruben, se repartiu em dois filhos do mesmo Jacob, que foram Judá e Levi, ficando em Judá a bênção do reino, e em Levi a do sacerdócio, como depois se cumpriu, porque na instituição do Tabernáculo, que precedeu ao Templo, foi ungido por sumo sacerdote Arão, que era do tribo de Levi, e na instituição do reino, depois de o perder Saul, foi ungido por rei de Israel David, que era do tribo de Judá.

Nestas duas descendências de Arão do tribo de Levi e de David do tribo de Judá, se conservou sempre o reino e sacerdócio, até que a tiara e a coroa, ou estas duas coroas, se uniram outra vez em Cristo, Supremo Sacerdote e Supremo Rei, e de ambos se compõe o império (assim o natural como o figurativo) que Ruben tinha perdido, *prior in donis, major in imperio*. Daqui se entende maravilhosamente o mistério da ascendência e primogenitores de Cristo, os quais, como consta do I capítulo de S. Mateus e do III de S. Lucas, foram reis e sacerdotes, unindo-se por verdadeira geração no sangue santíssimo de Cristo e sua mãe o tribo real de Judá e o sacerdotal de Levi, como gravemente notou e expressamente disse S. Agostinho no livro II de *Consensu Evangelisarum*, capítulo II. *Cum autem evidenter dicat Apostolus Paulus: ex semine David secundum carnem Christum, ipsam quoque Mariam de stirpe David a liquam consanguinitatem duxisse dubitare utique non debemus. Cujus feminae quoniam nec sacerdotale genus tacetur, insinuante Luca, quod cognata ejus esset Elisabeth, quam dicit de filiabus Aaron. Firmissime tenendum est carnem Christi ex utroque genere propagatam, et regum et sacerdotum, in quibus personis apud illum populum Hebraeorum etiam mystica unctio figurabatur...*

De maneira que ordenou a Providência Divina que na geração e ascendência de Cristo se tecesse o tribo sacerdotal de Levi com o tribo real de Judá, e que a tela de que se havia de vestir o Verbo, quando se desposou com a natureza humana, fosse lavada de coroas e de tiaras, para que visse o Mundo que, ainda a título de geração natural, era ele o herdeiro legítimo do reino e do sacerdócio, como direito descendente daqueles sacerdotes e daqueles reis que só eram feitos por Deus; o qual mistério (para maior propriedade e majestade dele) se observou até nos escritores da mesma genealogia de Cristo, porque dos quatro animais do carro de Ezequiel que significam os quatro evangelistas, a S. Mateus, que escreveu a geração real, pertence o homem, que é o rei dos animais; e a S. Lucas, que escreveu a geração sacerdotal, pertence o boi, que é o animal do sacrifício, como, depois de S. Jerônimo e S. Gregório Papa, notam comumente todos os Doutores.

O nome de Cristo e de Messias, com que o mesmo Senhor foi chamado e conhecido, antes e depois de vir ao Mundo, foram duas firmas ou assinados públicos de um e outro império sacerdotal e real, temporal e espiritual, entre si unidos. Porque Messias, que é nome hebreu, e Cristo, que é nome grego, ambos têm a mesma significação, como diz S. João no capítulo I; e referindo as palavras de S. André a S. Pedro: *Invenimus Messiam (quod est interpretatum Christus)* e esta foi uma das erudições em que a Samaritana se mostrou tão letrada: *Scio quia Messias venit, qui dicitur Christus*. Um e outro nome, assim o de Cristo como o de Messias, quer dizer ungido, e chama-se Cristo ungido, porque foi ungido por Rei e Sacerdote Supremo.

Três ofícios achamos na Escritura Sagrada, que se davam com a cerimônia da unção: o de rei, como ungido, e chama-se Cristo ungido, porque foi ungido Arão, e o de Profeta, como foi ungido Eliseu, e com todas estas unções foi ungido Cristo. Da unção de profeta já dissemos no capítulo VII do I Livro. A de Rei e a de Sacerdote Supremo, que eram as duas maiores, são aquelas por que Cristo principalmente se chama ungido, não porque fosse ungido com aquela cerimônia exterior com que os reis e sacerdotes eram ungidos por mãos dos homens, senão pela unção interior, com que o mesmo Deus o ungiu na união da divindade com a humanidade, como acima dizíamos.

E agora poremos aqui as autoridades dos Padres, que para este lugar reservamos: S. Agostinho no livro e capítulo pouco antes citado: *Firmissime tenendum est carnem Christi ex utroque genere propagatam et regum et sacerdotum, in quibus personis illum populum Hebraeorum etiam mystica unctio figurabatur, id est. chrisma, und e Christi nomen elucet tanto ante etiam illa evidentissima significatione praenuntiatum*

Resolve-se quando começou este Império de Cristo e propõe-se acerca dele uma grande dificuldade.